# Diário Oficial do MUNICÍPIO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES

**Ano I** | **Edição Nº 1014 de quinta-feira, 15 de outubro de 2026** | **Nº de páginas: 88**


**SUMÁRIO:**


● **RESOLUÇÃO Nº 03/2026, DE 7 DE OUTUBRO DE 2026** - Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ilha das Flores/SE para o quadriênio 2026–2030.

● **ATA COMSEAN – APROVAÇÃO DO PLAMSAN** - ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMSEAN DE ILHA DAS FLORES/SE, DE 07/10/2026, QUE APROVOU O PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PLAMSAN).

● **TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO Nº 01980/2026 – IPREV** - PUBLICAÇÃO DO TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS Nº 01980/2026, FIRMADO EM 27/08/2026 ENTRE O MUNICÍPIO DE ILHA DAS FLORES/SE E O IPREV – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ILHA DAS FLORES.

● **TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO Nº 01989/2026 – IPREV** - PUBLICAÇÃO DO TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS Nº 01989/2026, FIRMADO EM 27/08/2026 ENTRE O MUNICÍPIO DE ILHA DAS FLORES/SE E O IPREV – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ILHA DAS FLORES.

● **EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2026** - Acréscimo quantitativo de 20,00 m (vinte metros) no item 1.2.1 – Sondagem a percussão, integrante da planilha orçamentária do Contrato Administrativo nº 58/2026, cujo objeto é a elaboração de projetos técnicos de engenharia.

# RESOLUÇÃO

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
ILHA DAS FLORES – SERGIPE
Lei Municipal nº 4, de 5 de junho de 2015Rua Dom José Vicente Távora, nº 273 – Centro, CEP. 49.990-000

**RESOLUÇÃO Nº 03/2026,**
**DE 7 DE OUTUBRO DE 2026**

**Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ilha das Flores/SE para o quadriênio 2026–2030.**

O **CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE ILHA DAS FLORES – CONSEAN**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 4, de 5 de junho de 2015, e considerando a deliberação realizada em reunião no dia 7 de outubro de 2026;

**CONSIDERANDO** a importância de fortalecer as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Ilha das Flores/SE;

**CONSIDERANDO** a necessidade de planejar, articular e promover ações que garantam o Direito Humano à Alimentação Adequada, contribuindo para a promoção da saúde, da dignidade humana e da qualidade de vida da população;

**CONSIDERANDO** a relevância do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional como instrumento de planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas voltadas à garantia da segurança alimentar e nutricional;

**CONSIDERANDO** a deliberação e aprovação do referido Plano pelos membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em reunião realizada no dia 7 de outubro de 2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o **Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ilha das Flores/SE para o quadriênio 2026–2030**, como instrumento orientador das ações, programas e políticas públicas municipais destinadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

**Art. 2º** O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deverá orientar a articulação entre os órgãos públicos, os conselhos municipais e os demais setores envolvidos na implementação de ações voltadas à garantia do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de forma socialmente justa.

**Art. 3º** Compete ao CONSEAN acompanhar, no âmbito de suas atribuições, a implementação das ações previstas no Plano, contribuindo para o monitoramento, a avaliação e o fortalecimento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

# RESOLUÇÃO

**Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**
**ILHA DAS FLORES – SERGIPE**
**Lei Municipal nº 4, de 5 de junho de 2015Rua Dom José Vicente Távora, nº 273 – Centro, CEP. 49.990-000**

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

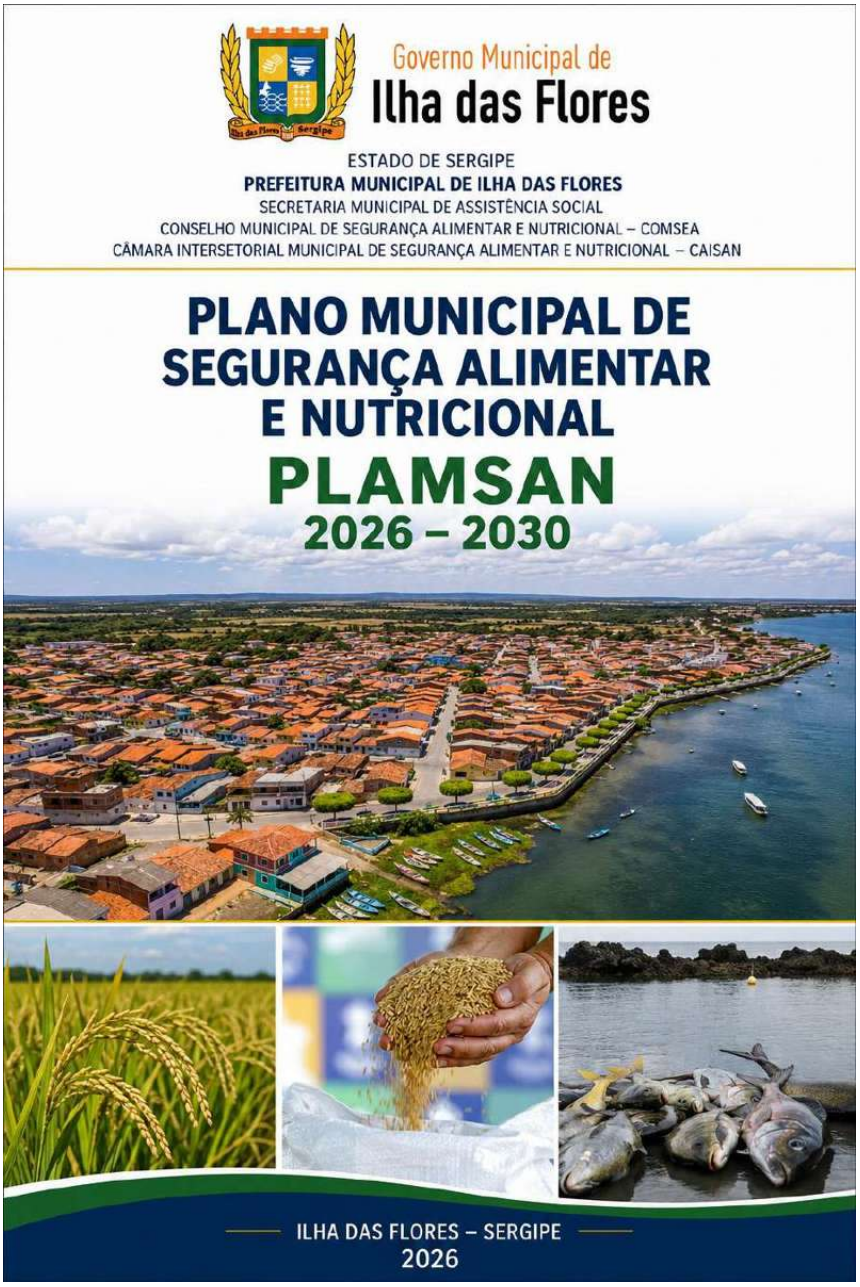
Ilha das Flores/SE, 7 de outubro de 2026.

**CONCEIÇÃO MENEZES SANTOS**
Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEAN

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA DA CONCEICAO MENEZES SANTOS
Data: 14/10/2026 14:05:01-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/ilhadasflores

## RESOLUÇÃO




Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/ilhadasflores

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

**ROBSON MARTINS DE LIMA**

PREFEITO MUNICIPAL

**JOSÉ PEREIRA SALES**

VICE-PREFEITO

**ROSENEIDE DO NASCIMENTO SILVA DE LIMA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**ELOAN FERREIRA CARDOSO**

DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**FABIANA PEREIRA FERREIRA CELESTINO**

COORDENADORA DO CADASTRO ÚNICO E DO PROGRAMA BOLSA! FAMÍLIA

**FERNANDA NICOLAU MATIAS CERQUEIRA**

COORDENADORA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**JUARICE SANTOS DANTAS**

COORDENADORA DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**JUCIENE FEREEIRA SANTOS**

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**MARIA DA CONCEIÇÃO MENEZES SANTOS**

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

Sumário

**APRESENTAÇÃO** ..... 4
**1. INTRODUÇÃO** ..... 6
**2. BASE LEGAL E MARCO NORMATIVO** ..... 8
**3. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO MUNICÍPIO** ..... 11
**4. SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISAN)** ..... 16
**4.1 Estrutura do SISAN** ..... 19
**4.2 Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)** ..... 20
**4.3 Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)** ..... 23
**4.4 Participação e Controle Social** ..... 25
**5. OBJETIVOS DO PLANO** ..... 27
**5.1 Objetivo Geral** ..... 28
**5.2 Objetivos Específicos** ..... 28
**6. DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL** ..... 30
**7. EIXOS ESTRATÉGICOS, METAS E AÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL** ..... 32
**8. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL** ..... 49
**9. FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL** ..... 54
**10. CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 57
**11. REFERÊNCIAS** ..... 61
**12. METAS DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE ILHA DAS FLORES** ..... 64





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

# RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

## APRESENTAÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional constitui um dos pilares fundamentais para a promoção da dignidade humana, da cidadania e da justiça social. O acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de forma social, econômica, cultural e ambientalmente sustentável é um direito assegurado a todos os cidadãos brasileiros, conforme previsto na Constituição Federal e regulamentado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – Lei nº 11.346/2006).

Nesse contexto, o Município de Ilha das Flores/SE apresenta o seu Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) 2026–2030, instrumento de planejamento estratégico que estabelece diretrizes, objetivos, metas e ações voltadas à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), à redução das desigualdades sociais e ao fortalecimento das políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

A elaboração deste Plano representa um importante avanço institucional para o município, consolidando o compromisso da gestão pública com o enfrentamento da fome, a promoção da alimentação saudável, o fortalecimento da agricultura familiar, a inclusão produtiva e a melhoria das condições de vida da população, especialmente dos grupos em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de um documento orientador que busca integrar diferentes áreas governamentais e setores da sociedade em torno de objetivos comuns voltados à garantia da segurança alimentar e nutricional da população florense.

A construção do PLAMSAN foi pautada pelos princípios da participação social, da intersetorialidade e da gestão democrática. Para sua elaboração, foram realizados dois encontros temáticos de trabalho, reunindo representantes das diversas políticas públicas municipais, gestores, técnicos, trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do Sistema Único de Saúde (SUS), da Educação, da Agricultura, membros dos conselhos de direitos e de políticas públicas, representantes da sociedade civil organizada, lideranças comunitárias e demais atores envolvidos com a temática da segurança alimentar e nutricional.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

Os encontros possibilitaram espaços de diálogo, escuta qualificada, análise da realidade local e construção coletiva de propostas, permitindo identificar desafios, potencialidades e prioridades para o fortalecimento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. As contribuições apresentadas pelos participantes foram fundamentais para subsidiar a definição dos eixos estruturantes, objetivos, metas e estratégias que compõem este Plano, garantindo que o documento reflita as necessidades e demandas reais do território.

A elaboração do PLAMSAN também considerou informações provenientes dos sistemas oficiais de dados, dos diagnósticos socioterritoriais, dos indicadores sociais, econômicos, nutricionais e de vulnerabilidade social, bem como das ações já desenvolvidas pelo município nas áreas da assistência social, saúde, educação, agricultura e desenvolvimento local. Esse conjunto de informações permitiu uma análise abrangente da realidade municipal e subsidiou a construção de propostas alinhadas às necessidades da população.

O Plano está estruturado em eixos estratégicos que contemplam a promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, o combate às desigualdades sociais, o fortalecimento da agricultura familiar e dos sistemas alimentares sustentáveis, a inclusão produtiva, a educação alimentar e nutricional, a vigilância alimentar e nutricional, além do fortalecimento da governança e dos mecanismos de participação e controle social. Esses eixos dialogam diretamente com as diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e com os compromissos assumidos pelo Brasil na promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

Mais do que um instrumento de planejamento, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ilha das Flores representa um pacto coletivo em defesa da vida, da dignidade humana e da inclusão social. Sua efetivação dependerá do compromisso permanente do poder público, da atuação integrada das diversas secretarias municipais, do fortalecimento dos espaços de controle social e da participação ativa da sociedade civil na formulação, acompanhamento e avaliação das ações propostas.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

# RESOLUÇÃO



**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

Dessa forma, o município reafirma sua responsabilidade na construção de políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento humano, reduzir vulnerabilidades, fortalecer a produção local de alimentos e assegurar que toda a população tenha acesso a uma alimentação adequada, saudável e sustentável, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e com melhores oportunidades para todos.

## 1. INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) constitui uma política pública estratégica voltada à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), reconhecido nacional e internacionalmente como condição essencial para a promoção da dignidade humana, da saúde, da cidadania e do desenvolvimento social. No Brasil, esse direito encontra amparo na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – Lei nº 11.346/2006) e em diversos instrumentos normativos que orientam a formulação e implementação de políticas públicas destinadas ao enfrentamento da fome e da insegurança alimentar.

A alimentação adequada vai além da simples disponibilidade de alimentos. Ela envolve o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, produzidos de forma sustentável e compatíveis com os hábitos culturais e as necessidades nutricionais da população. Dessa forma, a Segurança Alimentar e Nutricional compreende um conjunto de ações intersetoriais que articulam áreas como assistência social, saúde, educação, agricultura, meio ambiente, desenvolvimento econômico e participação social.

Nas últimas décadas, o Brasil registrou avanços significativos no combate à fome e à pobreza por meio da implementação de programas e políticas públicas voltadas à proteção social, à transferência de renda, à alimentação escolar, ao fortalecimento da agricultura familiar e à promoção da inclusão produtiva. Entretanto, fatores econômicos, sociais, ambientais e sanitários têm contribuído para o agravamento das situações de vulnerabilidade social e insegurança alimentar em diversos territórios, exigindo





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



dos entes federativos o fortalecimento de estratégias locais de enfrentamento dessas problemáticas.

No município de Ilha das Flores, a realidade da Segurança Alimentar e Nutricional está diretamente relacionada às condições socioeconômicas da população, às características territoriais, ao acesso às políticas públicas e às oportunidades de geração de renda. Nesse contexto, torna-se fundamental a construção de instrumentos de planejamento capazes de organizar, integrar e potencializar as ações governamentais e sociais voltadas à garantia da alimentação adequada para toda a população, especialmente para os grupos em situação de maior vulnerabilidade.

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional surge como um instrumento de gestão e planejamento destinado a orientar as ações do município no período de 2026 a 2030, estabelecendo diretrizes, objetivos, metas e estratégias que contribuam para a redução da insegurança alimentar e nutricional e para a promoção da qualidade de vida da população. Sua elaboração está alinhada aos princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), fortalecendo a integração das políticas públicas e ampliando a capacidade institucional do município na implementação de ações estruturantes.

A construção deste Plano resulta de um processo participativo que envolveu gestores, trabalhadores das políticas públicas, representantes de conselhos municipais, lideranças comunitárias, organizações da sociedade civil e demais atores sociais comprometidos com a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. O diálogo entre diferentes setores permitiu identificar demandas, potencialidades e desafios do território, contribuindo para a formulação de propostas alinhadas à realidade local e às necessidades da população.

Além de atender às exigências legais e institucionais relacionadas à adesão e fortalecimento do SISAN, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional representa uma importante ferramenta para o planejamento integrado das ações governamentais, permitindo maior efetividade na aplicação





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

# RESOLUÇÃO



dos recursos públicos, fortalecimento das políticas sociais e ampliação das oportunidades de acesso à alimentação adequada e saudável.

Assim, este documento consolida o compromisso do Município de Ilha das Flores com a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, reconhecendo que o enfrentamento da fome e das desigualdades sociais exige ações permanentes, articuladas e sustentáveis, capazes de garantir melhores condições de vida para toda a população e contribuir para o desenvolvimento humano e social do território.

## 2. BASE LEGAL E MARCO NORMATIVO

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil está fundamentada em um conjunto de dispositivos legais, normativos e institucionais que reconhecem a alimentação adequada como um direito fundamental e estabelecem responsabilidades para os entes federativos na formulação e implementação de ações voltadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

A construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ilha das Flores para o período de 2026 a 2030 está alicerçada nesses instrumentos legais, que orientam a atuação do poder público na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), na promoção da inclusão social, no fortalecimento da agricultura familiar, no combate à fome e na redução das desigualdades sociais.

O marco legal da Segurança Alimentar e Nutricional tem como principal fundamento a Constituição Federal de 1988, que estabelece a dignidade da pessoa humana como um dos pilares do Estado Democrático de Direito e reconhece os direitos sociais como elementos essenciais para a construção de uma sociedade justa e solidária. Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, a alimentação passou a integrar expressamente o rol dos direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal, ao lado da educação, saúde, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social e assistência aos desamparados.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

Outro importante instrumento jurídico é a Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com a finalidade de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada. A LOSAN define a Segurança Alimentar e Nutricional como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, respeitando a diversidade cultural e sendo ambiental, econômica e socialmente sustentáveis.

Complementando a LOSAN, o Decreto Federal nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, regulamentou a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), estabelecendo seus princípios, diretrizes, objetivos e mecanismos de gestão. O referido decreto também consolidou as diretrizes para a elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito nacional, estadual e municipal, fortalecendo a atuação integrada dos diversos setores governamentais.

Entre as principais diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional destacam-se:

I – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável;

II – Promoção do abastecimento e da estruturação de sistemas sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;

III – Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional;

IV – Promoção da segurança alimentar e nutricional para povos e comunidades tradicionais;

V – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição no âmbito da saúde;

VI – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente;





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



VII – Apoio às iniciativas de soberania alimentar e nutricional;

VIII – Monitoramento e avaliação da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional também dialoga diretamente com importantes normativas setoriais, entre elas:

• Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);

• Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

• Lei nº 11.947/2009 – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

• Lei nº 12.512/2011 – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);

• Lei nº 8.080/1990 – Lei Orgânica da Saúde;

• Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN);

• Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado pelo Ministério da Saúde;

• Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente o Objetivo 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável.

No âmbito municipal, a implementação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional deverá observar a legislação local relacionada à Assistência Social, Saúde, Educação, Agricultura, Desenvolvimento Rural, além das normativas que instituem os mecanismos de participação e controle social, especialmente aqueles vinculados ao Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, à Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA).

Dessa forma, o presente Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional encontra respaldo em um sólido conjunto de dispositivos legais e normativos que orientam a atuação do poder público e da sociedade na construção de estratégias capazes de garantir o acesso à alimentação adequada, promover a inclusão social, fortalecer o desenvolvimento





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

# RESOLUÇÃO



sustentável e assegurar a efetivação dos direitos fundamentais da população de Ilha das Flores.

## 3. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO MUNICÍPIO

O município de Ilha das Flores está localizado na região do Baixo São Francisco Sergipano, integrando um importante território marcado pela riqueza cultural, pela tradição pesqueira, pela agricultura familiar e pela forte relação das comunidades com os recursos naturais existentes na região. Sua dinâmica socioeconômica é fortemente influenciada pelas atividades ligadas à pesca artesanal, ao comércio local, aos serviços públicos e aos programas de proteção social, que desempenham papel fundamental na garantia das condições de vida da população.

Segundo estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2025, Ilha das Flores possui 8.499 habitantes, sendo classificado como município de Pequeno Porte I. A distribuição populacional demonstra predominância da população urbana, que representa aproximadamente 91% dos habitantes, enquanto a população rural corresponde a cerca de 9%, evidenciando um processo de concentração populacional nas áreas urbanizadas do município.

A análise dos indicadores sociais demonstra que parcela significativa da população se encontra em situação de vulnerabilidade social e econômica. Dados do Cadastro Único de maio de 2026 registram 3.147 famílias cadastradas, totalizando 7.517 pessoas acompanhadas pelos programas sociais. Dentre estas, 2.049 famílias encontram-se em situação de pobreza, abrangendo 5.127 pessoas, enquanto outras 378 famílias são classificadas como de baixa renda. Esses números revelam a importância das políticas públicas de assistência social e transferência de renda para a garantia das condições mínimas de sobrevivência e proteção social da população.

A cobertura do Cadastro Único alcança 88,51% das famílias estimadas com perfil para inserção nos programas sociais, demonstrando importante





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



capacidade de identificação e acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade pelo município.

O perfil econômico e produtivo local apresenta forte presença de grupos populacionais tradicionais diretamente relacionados à produção e ao acesso aos alimentos. Destacam-se 1.330 famílias de pescadores artesanais, 233 famílias quilombolas, 103 famílias ribeirinhas e 34 famílias de agricultores familiares cadastradas no Cadastro Único. Esses segmentos representam importante patrimônio cultural, econômico e alimentar do município, contribuindo significativamente para a produção local de alimentos, para a manutenção dos modos de vida tradicionais e para a segurança alimentar das comunidades.

No âmbito da proteção de renda, o Programa Bolsa Família constitui uma das principais estratégias de enfrentamento da pobreza e da insegurança alimentar. Em maio de 2026, o município registrava 2.136 famílias beneficiárias, alcançando 5.530 pessoas, com benefício médio mensal de R$ 689,86 e investimento superior a R$ 1,4 milhão por mês na economia local. Esse volume de recursos demonstra a relevância do programa para a garantia do acesso à alimentação e para a redução das vulnerabilidades sociais existentes no território.

A análise dos dados de Vigilância Alimentar e Nutricional de Ilha das Flores evidencia um cenário que exige atenção técnica da gestão municipal, especialmente no campo da Segurança Alimentar e Nutricional, da saúde materno-infantil e da prevenção da má nutrição em todas as suas formas. Os relatórios apresentados pelo SISVAN demonstram que o município possui registros ativos de acompanhamento nutricional, porém os dados devem ser interpretados com cautela, uma vez que representam os indivíduos acompanhados nos sistemas de saúde, não correspondendo necessariamente à totalidade da população municipal.

No relatório de marcadores de consumo alimentar, referente ao período de 01/01/2026 a 11/03/2026, foram identificados 137 registros, sendo 74 do sexo masculino e 63 do sexo feminino. Todos os atendimentos informados





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



ocorreram em domicílio, o que indica a atuação territorial das equipes de saúde e a possibilidade de busca ativa junto às famílias. Entretanto, o número de registros ainda é limitado diante do universo populacional do município, apontando a necessidade de ampliação da cobertura do acompanhamento alimentar e nutricional, sobretudo entre crianças, gestantes, idosos, famílias do Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família, comunidades quilombolas, pescadores artesanais e demais grupos em situação de vulnerabilidade.

No acompanhamento nutricional das crianças de 0 a 5 anos, o indicador peso por idade, referente ao ano de 2025, apresenta 646 crianças avaliadas. Desse total, 561 crianças, correspondentes a 86,84%, estavam com peso adequado ou eutrófico para a idade. Apesar desse resultado majoritariamente positivo, foram identificadas 7 crianças com peso muito baixo para a idade, representando 1,08%, e 16 crianças com baixo peso para a idade, correspondendo a 2,48%. Somadas, essas duas categorias indicam que 23 crianças, ou 3,56% do total acompanhado, apresentavam déficit ponderal, situação que demanda acompanhamento individualizado pelas equipes de saúde e articulação com a assistência social quando houver associação com insegurança alimentar, pobreza ou vulnerabilidade familiar.

Por outro lado, o mesmo indicador revela que 62 crianças, correspondentes a 9,60% das avaliadas, apresentavam peso elevado para a idade. Esse dado é tecnicamente relevante porque o percentual de crianças com excesso de peso é superior ao percentual de crianças com baixo ou muito baixo peso. Assim, entre as crianças acompanhadas pelo SISVAN, o município apresenta sinais de dupla carga da má nutrição, caracterizada pela coexistência de déficits nutricionais e excesso de peso no mesmo território. Essa realidade exige que o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional não se restrinja ao enfrentamento da fome e da insuficiência alimentar, mas também incorpore estratégias de promoção da alimentação adequada e saudável, prevenção da obesidade infantil, redução do consumo de ultraprocessados e fortalecimento da educação alimentar e nutricional.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

A situação das gestantes acompanhadas pelo SISVAN também apresenta alerta importante. No relatório de IMC por semana gestacional, referente ao ano de 2025, foram avaliadas 50 gestantes. Destas, 6 gestantes, correspondentes a 12%, estavam com baixo peso; 9 gestantes, equivalentes a 18%, apresentavam estado nutricional adequado; 12 gestantes, correspondentes a 24%, estavam com sobrepeso; e 23 gestantes, equivalentes a 46%, apresentavam obesidade. Isso significa que 35 gestantes, ou 70% do total acompanhado, estavam acima do peso recomendado para a idade gestacional.

Esse indicador demonstra um quadro preocupante no acompanhamento nutricional das gestantes, pois o excesso de peso na gestação pode estar associado a maior risco de hipertensão gestacional, diabetes gestacional, complicações no parto, prematuridade, macrossomia fetal e outros agravos materno-infantis. Ao mesmo tempo, a presença de 12% de gestantes com baixo peso indica que ainda persistem situações de vulnerabilidade nutricional que também podem repercutir negativamente no desenvolvimento fetal e no peso ao nascer. Dessa forma, o acompanhamento pré-natal deve incorporar de maneira mais sistemática a avaliação nutricional, a orientação alimentar individualizada e o encaminhamento intersetorial das gestantes em situação de risco.

Outro dado relevante refere-se ao estado nutricional de adultos pertencentes a povos e comunidades quilombolas. No relatório de IMC de adultos quilombolas, foram avaliados 111 indivíduos. Apenas 23 pessoas, correspondentes a 20,72%, apresentavam IMC adequado ou eutrófico. Foram identificadas 2 pessoas com baixo peso, equivalentes a 1,80%; 44 pessoas com sobrepeso, correspondentes a 39,64%; 32 pessoas com obesidade grau I, equivalentes a 28,83%; 6 pessoas com obesidade grau II, correspondentes a 5,41%; e 4 pessoas com obesidade grau III, equivalentes a 3,60%. Somando-se sobrepeso e obesidades, observa-se que 86 adultos quilombolas, ou 77,48% dos acompanhados, apresentavam excesso de peso. Considerando apenas as categorias de obesidade, o percentual alcança 37,84%.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



Esse resultado indica uma situação crítica de risco nutricional entre adultos quilombolas acompanhados, exigindo ações específicas e culturalmente adequadas de promoção da saúde, educação alimentar e nutricional, acompanhamento clínico, incentivo à alimentação baseada em alimentos in natura e minimamente processados, fortalecimento da produção local e valorização dos hábitos alimentares tradicionais. Também demonstra que as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional devem considerar as especificidades dos grupos populacionais tradicionais, articulando saúde, assistência social, agricultura, educação e participação comunitária.

O relatório de procedimentos individualizados também registra 201 procedimentos de administração de vitamina A no período de janeiro a novembro de 2025. A maior concentração ocorreu nos meses de abril, com 107 procedimentos, e setembro, com 76 procedimentos, enquanto os demais meses apresentaram baixa ou nenhuma ocorrência registrada. Esse dado revela a existência da ação no município, mas sugere a necessidade de avaliar a regularidade da oferta, a cobertura do público-alvo e a organização do calendário de suplementação, especialmente para crianças na primeira infância, considerando a importância da vitamina A para a imunidade, visão, crescimento e prevenção de agravos nutricionais.

De forma integrada, os dados analisados demonstram que Ilha das Flores apresenta um cenário nutricional complexo. Entre as crianças acompanhadas, predomina o peso adequado para a idade, mas já se observa percentual relevante de peso elevado. Entre as gestantes, destaca-se a elevada proporção de sobrepeso e obesidade, acompanhada pela permanência de casos de baixo peso. Entre adultos quilombolas, o excesso de peso aparece como problema expressivo. Esses resultados apontam para a necessidade de fortalecimento da Vigilância Alimentar e Nutricional, com ampliação dos registros no SISVAN, qualificação da análise dos dados e uso sistemático das informações para orientar o planejamento das ações municipais.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



Portanto, o diagnóstico nutricional reforça que a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deve atuar em duas frentes complementares: de um lado, garantir o acesso regular e permanente à alimentação adequada para famílias em situação de pobreza, insegurança alimentar e vulnerabilidade social; de outro, promover a qualidade da alimentação, a prevenção do sobrepeso e da obesidade, o acompanhamento nutricional por ciclo de vida e a educação alimentar e nutricional nos territórios. Para isso, torna-se indispensável a articulação entre Saúde, Assistência Social, Educação, Agricultura, Pesca, comunidades tradicionais e controle social, de modo que os dados produzidos pela rede municipal sejam transformados em ações concretas de cuidado, prevenção e promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada.

### 4. SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISAN)

A Segurança Alimentar e Nutricional constitui um direito fundamental de todos os cidadãos e um dever do Estado, devendo ser garantida por meio de políticas públicas capazes de assegurar o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, respeitando a diversidade cultural e promovendo práticas alimentares saudáveis e sustentáveis.

Nesse contexto, foi instituído pela Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com a finalidade de formular e implementar políticas, planos, programas e ações voltadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em todo o território nacional.

O SISAN representa uma importante estratégia de articulação entre governo e sociedade civil, possibilitando a construção de ações integradas para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Sua estrutura está fundamentada nos princípios da universalidade do acesso à alimentação adequada, participação social, intersetorialidade das políticas públicas,





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



equidade, transparência e respeito à diversidade cultural, social, ambiental e territorial.

A atuação do SISAN reconhece que a Segurança Alimentar e Nutricional não se limita à disponibilidade de alimentos, mas envolve um conjunto de fatores relacionados à produção, abastecimento, comercialização, acesso econômico, educação alimentar e nutricional, vigilância nutricional, saúde, assistência social, desenvolvimento sustentável e preservação dos modos de vida das populações tradicionais.

A adesão dos municípios ao SISAN fortalece a capacidade institucional de planejamento e execução das políticas públicas relacionadas à alimentação e nutrição, permitindo maior integração entre os diversos setores governamentais e ampliando as possibilidades de acesso a programas, ações e instrumentos de gestão voltados à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

No Município de Ilha das Flores, a consolidação do SISAN assume importância estratégica em razão das características socioeconômicas e territoriais locais. A presença significativa de famílias em situação de vulnerabilidade social, a forte dependência de programas de transferência de renda, a existência de comunidades quilombolas, pescadores artesanais, agricultores familiares e demais grupos tradicionais evidenciam a necessidade de uma atuação articulada e permanente para assegurar o acesso da população à alimentação adequada e saudável.

Além disso, os indicadores apresentados no diagnóstico municipal demonstram a coexistência de diferentes formas de insegurança alimentar e nutricional, incluindo situações relacionadas à pobreza, vulnerabilidade social, déficits nutricionais e ao crescimento do sobrepeso e da obesidade entre diferentes grupos populacionais. Esse cenário exige respostas integradas e intersetoriais capazes de enfrentar simultaneamente os desafios relacionados ao acesso aos alimentos e à qualidade da alimentação consumida pela população.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

A estrutura do SISAN no município é composta por instâncias de gestão governamental e de participação social que atuam de forma complementar na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Destacam-se nesse processo a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), responsável pela coordenação governamental das ações, e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), instância de participação e controle social que assegura a representação da sociedade civil na construção das políticas públicas.

A institucionalização da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, por meio do Decreto Municipal nº 103, de 23 de abril de 2025, e a existência do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional representam importantes avanços para a governança da Segurança Alimentar e Nutricional em Ilha das Flores, fortalecendo a articulação entre as políticas públicas de Assistência Social, Saúde, Educação e demais áreas estratégicas para o desenvolvimento humano e social.

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional constitui um dos principais instrumentos de gestão do SISAN no âmbito local, orientando as ações governamentais para o período de sua vigência, definindo objetivos, metas, estratégias, responsabilidades institucionais e mecanismos de monitoramento e avaliação. Sua elaboração resulta de um processo participativo e intersetorial, envolvendo representantes do poder público, trabalhadores das políticas públicas, instituições parceiras e sociedade civil organizada.

Dessa forma, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional configura-se como instrumento essencial para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada em Ilha das Flores, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, o fortalecimento da cidadania, a promoção da saúde, o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

# RESOLUÇÃO



**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

### 4.1 Estrutura do SISAN

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) foi instituído pela Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com a finalidade de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) por meio da formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, programas e ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

O SISAN constitui uma rede de articulação entre os entes federativos e a sociedade civil, organizada para promover a integração das políticas públicas relacionadas à alimentação, nutrição, saúde, assistência social, educação, agricultura, abastecimento, desenvolvimento rural, meio ambiente e desenvolvimento econômico, reconhecendo que a garantia da alimentação adequada depende da atuação conjunta de diversos setores governamentais e sociais.

A estrutura do SISAN é composta por instâncias de participação social, coordenação intersetorial e execução das políticas públicas, organizadas de forma articulada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Em âmbito nacional, o sistema é integrado pela Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e pelos diversos órgãos governamentais responsáveis pela execução das ações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional.

No âmbito municipal, o SISAN é operacionalizado por meio da articulação entre os órgãos da administração pública e as instâncias de participação e controle social, responsáveis pela formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional.

Em Ilha das Flores, a estrutura municipal do SISAN é composta pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), pela Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), pelas Secretarias Municipais envolvidas na execução das políticas públicas e pelas organizações da sociedade civil que atuam na promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

# RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, instituída pelo Decreto Municipal nº 103, de 23 de abril de 2025, constitui a instância governamental responsável pela coordenação intersetorial da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo integrada pelas Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação. Sua atuação visa assegurar a integração das ações governamentais, a implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e o monitoramento das políticas relacionadas à temática.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional representa a principal instância de participação e controle social do sistema, garantindo a participação da sociedade civil na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Sua atuação fortalece os princípios democráticos, amplia a transparência da gestão pública e contribui para a construção de estratégias alinhadas às necessidades da população.

Além dessas instâncias, integram a estrutura local do SISAN os serviços, programas, projetos e ações desenvolvidos pelas políticas públicas municipais, especialmente nas áreas da Assistência Social, Saúde, Educação, Agricultura e Desenvolvimento Rural. Destacam-se os programas de transferência de renda, a alimentação escolar, a vigilância alimentar e nutricional, as ações de promoção da saúde, o apoio à agricultura familiar, o fortalecimento da pesca artesanal e as iniciativas voltadas à educação alimentar e nutricional.

A consolidação dessa estrutura institucional representa um importante avanço para o município, possibilitando maior capacidade de planejamento, gestão e monitoramento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional, fortalecendo a governança pública e contribuindo para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada para toda a população de Ilha das Flores.

### 4.2 Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)

A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) constitui a instância governamental responsável pela articulação, coordenação,





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



integração e monitoramento das ações relacionadas à Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Sua atuação está fundamentada nos princípios da intersetorialidade, da gestão compartilhada e da cooperação entre os diversos órgãos da administração pública, reconhecendo que a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada exige a atuação integrada de diferentes políticas públicas.

No Município de Ilha das Flores, a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional foi instituída por meio do Decreto Municipal nº 103, de 23 de abril de 2025, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), representando um importante avanço institucional para a consolidação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

A criação da CAISAN Municipal fortalece a capacidade de planejamento e gestão das ações voltadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, possibilitando a articulação permanente entre os órgãos governamentais responsáveis pela implementação de programas, projetos e serviços relacionados à alimentação, nutrição, saúde, assistência social e educação.

De acordo com o Decreto Municipal nº 103/2025, compete à CAISAN elaborar, coordenar, monitorar e avaliar a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, observando as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e as deliberações das Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional realizadas em âmbito municipal, estadual e nacional.

Entre suas atribuições institucionais destacam-se a coordenação da execução da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; o acompanhamento da implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; o monitoramento dos resultados e impactos das ações desenvolvidas; a elaboração de relatórios técnicos; a articulação com os órgãos executores das políticas públicas; a interlocução com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; e a participação nos espaços





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



de pactuação interfederativa relacionados ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A CAISAN possui ainda a responsabilidade de assegurar o acompanhamento das recomendações emanadas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, promover a integração das ações governamentais e subsidiar tecnicamente o processo de tomada de decisões relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional no município.

Conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 103/2025, a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ilha das Flores é composta pelas Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação, sendo presidida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que exerce também a função de coordenação executiva dos trabalhos desenvolvidos pela Câmara.

A composição intersetorial da CAISAN demonstra o reconhecimento de que a Segurança Alimentar e Nutricional é uma política pública transversal, que demanda a integração de diferentes áreas governamentais para o enfrentamento das múltiplas dimensões da insegurança alimentar. Essa articulação torna-se ainda mais relevante diante do diagnóstico municipal, que evidencia a necessidade de ações coordenadas voltadas à proteção social das famílias vulneráveis, ao fortalecimento da alimentação escolar, à vigilância alimentar e nutricional, à promoção da saúde, à educação alimentar e nutricional e ao acompanhamento dos grupos prioritários.

O Decreto Municipal nº 103/2025 estabelece ainda que o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deverá conter análise da situação municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, definição de diretrizes, metas, responsabilidades institucionais, mecanismos de monitoramento e avaliação, além de estratégias intersetoriais voltadas aos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional. O Plano deverá possuir vigência correspondente ao Plano Plurianual Municipal e ser revisado periodicamente,





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



assegurando sua atualização frente às demandas e transformações do território.

A CAISAN poderá instituir comitês técnicos para análise de temas específicos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional, fortalecendo a capacidade de planejamento e qualificação das ações desenvolvidas pelo município. Essa possibilidade amplia a capacidade institucional da gestão pública para enfrentar desafios complexos relacionados à pobreza, insegurança alimentar, nutrição infantil, saúde materna, educação alimentar, abastecimento alimentar e desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional configura-se como instrumento estratégico para a governança da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, contribuindo para a integração das políticas públicas, a otimização dos recursos disponíveis, o fortalecimento da gestão intersetorial e a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada para toda a população de Ilha das Flores.

### 4.3 Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) constitui a principal instância de participação, articulação e controle social da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, desempenhando papel fundamental na consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no âmbito do Município de Ilha das Flores.

Sua atuação está fundamentada nos princípios da participação democrática, da transparência, da intersetorialidade e do controle social, assegurando a efetiva participação da sociedade civil organizada na formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

O COMSEA representa um espaço permanente de diálogo entre governo e sociedade civil, possibilitando a construção coletiva de propostas, o acompanhamento das ações governamentais e a identificação das demandas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional presentes no território





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



municipal. Sua atuação fortalece a gestão democrática das políticas públicas e amplia a participação popular nos processos de tomada de decisão.

No Município de Ilha das Flores, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional desempenha papel estratégico no fortalecimento da governança da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, contribuindo para a definição de prioridades, acompanhamento da execução das ações, monitoramento dos resultados alcançados e avaliação das condições de Segurança Alimentar e Nutricional da população.

Entre suas principais atribuições destacam-se:

- Propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Contribuir para a elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Promover a articulação entre governo e sociedade civil nas ações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional;
- Acompanhar a execução dos programas, projetos e ações voltados à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada;
- Estimular a participação da população na construção das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Monitorar a situação alimentar e nutricional do município;
- Apoiar a realização das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Encaminhar recomendações aos órgãos governamentais responsáveis pela execução das políticas públicas;
- Contribuir para o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito municipal.

O Conselho possui papel relevante na análise das demandas apresentadas pelos diversos segmentos sociais, especialmente daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional. Nesse contexto, sua atuação contribui para que as políticas públicas contemplem as especificidades das famílias em situação de pobreza,





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

**RESOLUÇÃO**



beneficiários dos programas de transferência de renda, pescadores artesanais, agricultores familiares, comunidades quilombolas, população ribeirinha, crianças, idosos e demais grupos prioritários.

A participação da sociedade civil no COMSEA fortalece os princípios da cidadania, da corresponsabilidade e da gestão participativa, possibilitando que as ações governamentais estejam alinhadas às necessidades reais da população. Dessa forma, o Conselho exerce importante função de assessoramento, proposição e acompanhamento das políticas públicas, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais e para a construção de estratégias voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável.

Considerando os desafios identificados no diagnóstico municipal, especialmente aqueles relacionados à pobreza, vulnerabilidade social, insegurança alimentar, transição nutricional e fortalecimento da produção local de alimentos, o COMSEA assume papel essencial na mobilização social e no acompanhamento das ações previstas neste Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

O fortalecimento institucional do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional constitui condição indispensável para a consolidação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, para o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle social e para a garantia da participação cidadã na construção de um município mais justo, inclusivo e comprometido com a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada.

### 4.4 Participação e Controle Social

A participação e o controle social constituem princípios fundamentais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e elementos indispensáveis para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A construção de políticas públicas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional exige o envolvimento permanente da sociedade civil, das organizações comunitárias, dos trabalhadores das políticas públicas, dos usuários dos serviços públicos e dos diversos segmentos sociais que vivenciam a realidade dos territórios.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

No âmbito da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a participação social representa um importante instrumento de fortalecimento da democracia, da transparência administrativa e da corresponsabilidade entre governo e sociedade na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das ações voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável.

O Município de Ilha das Flores reconhece a participação social como elemento estratégico para o planejamento e aperfeiçoamento das políticas públicas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional. Esse compromisso foi evidenciado durante o processo de elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorreu de forma participativa, envolvendo representantes governamentais, trabalhadores das políticas públicas, instituições locais e organizações da sociedade civil.

Como parte desse processo, foram realizados dois encontros temáticos de construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, reunindo representantes das Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação, membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), profissionais das políticas públicas, lideranças comunitárias e representantes da sociedade civil organizada. Os encontros constituíram espaços de diálogo, reflexão e construção coletiva, permitindo a análise da realidade local, a identificação dos principais desafios relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional e a definição de prioridades para o planejamento das ações municipais.

As discussões realizadas possibilitaram a incorporação das demandas e necessidades dos diferentes grupos populacionais presentes no município, especialmente das famílias em situação de vulnerabilidade social, beneficiárias de programas de transferência de renda, crianças, gestantes, idosos, pescadores artesanais, agricultores familiares, comunidades quilombolas e demais segmentos que demandam atenção prioritária das políticas públicas.

Nesse contexto, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) desempenha papel central como instância de





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



participação e controle social, atuando na proposição de diretrizes, acompanhamento das ações governamentais e monitoramento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Sua atuação fortalece a integração entre governo e sociedade civil e contribui para que as decisões relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional sejam construídas de forma democrática e alinhadas às necessidades da população.

A participação social também se concretiza por meio das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, fóruns, reuniões ampliadas, audiências públicas, consultas comunitárias e demais espaços de diálogo social que possibilitam a discussão das prioridades do município e o acompanhamento da implementação das políticas públicas.

O fortalecimento dos mecanismos de participação e controle social torna-se ainda mais relevante diante dos desafios identificados no diagnóstico municipal, especialmente aqueles relacionados à pobreza, vulnerabilidade social, insegurança alimentar, nutrição infantil, educação alimentar e nutricional, fortalecimento da agricultura familiar e promoção da saúde. A participação da sociedade civil contribui para ampliar a legitimidade das ações governamentais, qualificar o planejamento público e promover maior efetividade na execução das políticas voltadas à garantia da alimentação adequada.

Dessa forma, a participação e o controle social constituem pilares fundamentais para a consolidação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em Ilha das Flores, fortalecendo a gestão democrática, a transparência pública, o exercício da cidadania e a construção coletiva de estratégias voltadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional para toda a população.

### 5. OBJETIVOS DO PLANO

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ilha das Flores constitui o principal instrumento de planejamento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, orientando a atuação integrada do poder público e da sociedade civil na promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Sua elaboração fundamenta-se no diagnóstico





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

# RESOLUÇÃO



socioterritorial do município, nas diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), nas deliberações das conferências de Segurança Alimentar e Nutricional e nas demandas identificadas junto aos diversos segmentos da população.

Os objetivos estabelecidos neste Plano buscam responder aos desafios identificados no território municipal, especialmente aqueles relacionados à vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional, pobreza, condições de saúde e nutrição da população, fortalecimento da agricultura familiar, valorização da pesca artesanal, promoção da alimentação adequada e saudável e fortalecimento da governança das políticas públicas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional.

### 5.1 Objetivo Geral

Promover a Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Ilha das Flores, assegurando o Direito Humano à Alimentação Adequada por meio da implementação de ações intersetoriais voltadas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, à promoção da alimentação saudável, ao fortalecimento da produção local de alimentos, à redução das desigualdades sociais e ao fortalecimento da gestão e do controle social das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

### 5.2 Objetivos Específicos

I – Fortalecer as ações de proteção social voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade social, pobreza e insegurança alimentar e nutricional, ampliando o acesso às políticas públicas e aos programas de garantia de renda.

II – Promover o acesso regular e permanente da população a alimentos adequados, saudáveis e culturalmente referenciados, respeitando os princípios da sustentabilidade social, econômica, ambiental e nutricional.

III – Fortalecer a agricultura familiar, a pesca artesanal e outras formas de produção local de alimentos, ampliando as oportunidades de geração de trabalho, renda e abastecimento alimentar sustentável.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

IV – Incentivar a produção, comercialização e consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar e dos produtores locais, fortalecendo os circuitos curtos de comercialização e a economia local.

V – Desenvolver ações permanentes de Educação Alimentar e Nutricional voltadas às famílias, estudantes, gestantes, crianças, idosos e demais públicos prioritários, promovendo hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis.

VI – Fortalecer as ações de Vigilância Alimentar e Nutricional, ampliando o acompanhamento nutricional da população e qualificando o monitoramento dos indicadores de saúde e nutrição do município.

VII – Promover ações de prevenção e enfrentamento das diferentes formas de má nutrição, incluindo desnutrição, carências nutricionais, sobrepeso e obesidade em todas as fases do ciclo de vida.

VIII – Incentivar o aleitamento materno e a alimentação complementar saudável como estratégias fundamentais para a promoção da saúde e do desenvolvimento integral na primeira infância.

IX – Fortalecer a articulação entre as políticas públicas de Assistência Social, Saúde, Educação, Agricultura, Pesca, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, ampliando a efetividade das ações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional.

X – Ampliar e qualificar as ações de alimentação e nutrição desenvolvidas no âmbito da Atenção Primária à Saúde, com atenção especial às crianças, gestantes, idosos e grupos em situação de vulnerabilidade.

XI – Apoiar iniciativas voltadas à promoção da soberania alimentar, da agroecologia, da sustentabilidade ambiental e da preservação dos recursos naturais utilizados na produção de alimentos.

XII – Garantir a participação da sociedade civil na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, fortalecendo os mecanismos de controle social e participação cidadã.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



XIII – Fortalecer institucionalmente o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), assegurando a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no município.

XIV – Promover ações específicas voltadas aos grupos populacionais mais vulneráveis, incluindo crianças, gestantes, idosos, pescadores artesanais, agricultores familiares, comunidades quilombolas e famílias beneficiárias de programas sociais.

XV – Implementar mecanismos de monitoramento e avaliação das ações previstas neste Plano, assegurando transparência, efetividade e melhoria contínua das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

### 6. DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

As Diretrizes da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ilha das Flores constituem os referenciais estratégicos que orientam a implementação das ações, programas, projetos e metas previstas neste Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN). Fundamentam-se nos princípios da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), bem como nas demandas identificadas no diagnóstico socioterritorial do município.

**Diretriz I – Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Redução das Desigualdades Sociais**

Promover o acesso regular e permanente à alimentação adequada e saudável para toda a população, assegurando prioridade às famílias em situação de pobreza, extrema pobreza, vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional. Esta diretriz contempla ações de proteção social, inclusão, equidade e garantia de direitos, com atenção especial às crianças, gestantes, idosos, pessoas com deficiência e demais grupos prioritários.

**Diretriz II – Fortalecimento dos Sistemas Alimentares Sustentáveis, Produção Local e Inclusão Produtiva**





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

Fortalecer a agricultura familiar, a pesca artesanal, os empreendimentos produtivos locais e as iniciativas de geração de trabalho e renda, promovendo sistemas alimentares sustentáveis, abastecimento local, valorização dos produtos regionais, inclusão produtiva, economia solidária e desenvolvimento econômico sustentável, contribuindo para a autonomia das famílias e o fortalecimento da economia municipal.

**Diretriz III – Promoção da Alimentação Saudável, Educação Alimentar, Vigilância Nutricional e Sustentabilidade**

Promover ações integradas de Educação Alimentar e Nutricional, Vigilância Alimentar e Nutricional, promoção da saúde, prevenção das diversas formas de má nutrição, segurança hídrica e sustentabilidade socioambiental, assegurando acompanhamento adequado da população em todas as fases do ciclo de vida e incentivando hábitos alimentares saudáveis, sustentáveis e culturalmente adequados.

**Diretriz IV – Valorização da Cultura Alimentar e da Soberania Alimentar**

Fortalecer a soberania alimentar e a valorização da cultura alimentar local, promovendo o resgate, a preservação e a difusão dos hábitos alimentares tradicionais, dos conhecimentos populares, das práticas produtivas locais e das identidades culturais relacionadas à alimentação, reconhecendo seu papel na promoção da segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento sustentável.

**Diretriz V – Fortalecimento da Governança, Participação Social e Gestão do SISAN**

Consolidar a gestão intersetorial da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional por meio do fortalecimento da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e dos demais órgãos envolvidos na implementação do SISAN. Esta diretriz compreende ainda o fortalecimento da participação social, do controle social, dos mecanismos de monitoramento,





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



avaliação e produção de informações estratégicas, assegurando transparência, eficiência e gestão baseada em evidências.

### 7. EIXOS ESTRATÉGICOS, METAS E AÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Segurança Alimentar e Nutricional é um fenômeno complexo e multidimensional que ultrapassa a simples disponibilidade de alimentos, envolvendo fatores relacionados ao acesso, produção, abastecimento, renda, saúde, educação, proteção social, cultura alimentar, sustentabilidade ambiental e participação social. Dessa forma, sua promoção exige a implementação de ações articuladas entre diferentes setores governamentais e segmentos da sociedade civil, capazes de enfrentar as múltiplas causas da insegurança alimentar e nutricional presentes nos territórios.

A partir da análise do diagnóstico socioterritorial de Ilha das Flores, foram identificados importantes desafios relacionados à vulnerabilidade social, à dependência de programas de transferência de renda, às condições nutricionais de grupos prioritários, à necessidade de fortalecimento da produção local de alimentos, à ampliação da educação alimentar e nutricional, ao fortalecimento da agricultura familiar e da pesca artesanal, bem como à consolidação da governança da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Os dados analisados demonstram que o município possui importantes potencialidades para o fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional, especialmente em razão de sua localização estratégica na região do Baixo São Francisco, da forte presença da pesca artesanal, da existência de agricultores familiares, comunidades quilombolas e ribeirinhas, além de uma rede de políticas públicas estruturada nas áreas de assistência social, saúde e educação. Contudo, também evidenciam a necessidade de ampliar as ações de proteção social, vigilância alimentar e nutricional, promoção da alimentação adequada e saudável e fortalecimento dos mecanismos de gestão e participação social.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

Nesse contexto, os Eixos Estratégicos do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional constituem o principal instrumento de organização das prioridades governamentais para o período de vigência deste Plano. Eles traduzem as diretrizes e objetivos da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em ações concretas, metas mensuráveis e estratégias integradas, capazes de promover melhorias efetivas nas condições de vida da população.

A definição dos eixos foi construída de forma participativa, considerando as contribuições apresentadas durante os encontros temáticos realizados para elaboração deste Plano, as deliberações do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), as atribuições da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), as orientações do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e, principalmente, as necessidades identificadas nos diversos territórios do município.

Os eixos estratégicos foram estruturados de maneira complementar e interdependente, reconhecendo que a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada depende da integração entre políticas públicas de diferentes áreas e da atuação coordenada entre governo e sociedade civil. Essa organização busca assegurar que as ações previstas neste Plano não sejam executadas de forma isolada, mas sim articuladas em uma perspectiva de desenvolvimento humano, inclusão social, sustentabilidade e garantia de direitos.

A implementação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional requer uma abordagem integrada, capaz de articular diferentes políticas públicas e enfrentar as múltiplas dimensões da insegurança alimentar presentes no território. Com base no diagnóstico socioterritorial de Ilha das Flores, nas diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, nos princípios do SISAN e nas contribuições dos espaços de participação social, os dez eixos inicialmente identificados foram reorganizados em cinco Eixos Estratégicos estruturantes.

Essa reorganização visa fortalecer a integração das ações governamentais, evitar sobreposição de iniciativas e facilitar o monitoramento e





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



a avaliação dos resultados do Plano, assegurando maior efetividade na promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada.

**Eixo Estratégico I – Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, Proteção Social e Equidade**

Este eixo reúne as ações voltadas à promoção do acesso regular e permanente à alimentação adequada e saudável, à redução das desigualdades sociais e ao atendimento prioritário dos grupos em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional. Contempla a articulação das políticas de assistência social, saúde, educação e demais áreas responsáveis pela proteção social e garantia de direitos.

**Justificativa**

A garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada constitui o princípio fundamental da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e representa condição indispensável para a promoção da dignidade humana, da cidadania e da inclusão social. Em Ilha das Flores, os indicadores socioeconômicos evidenciam a existência de significativa parcela da população em situação de vulnerabilidade social, com forte dependência de programas de transferência de renda e das ações desenvolvidas pelas políticas públicas de Assistência Social, Saúde e Educação.

Os dados do Cadastro Único e dos programas socioassistenciais demonstram a necessidade de fortalecimento das estratégias de identificação, acompanhamento e proteção das famílias em situação de pobreza, extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional. Essa realidade afeta especialmente crianças, gestantes, idosos, pessoas com deficiência, pescadores artesanais, trabalhadores informais e demais grupos sociais expostos a situações de vulnerabilidade econômica e social.

Além das limitações relacionadas à renda, a insegurança alimentar apresenta múltiplas dimensões associadas ao acesso aos serviços públicos, às condições de saúde, à qualidade da alimentação, às desigualdades territoriais e às oportunidades de inclusão social. Dessa forma, o enfrentamento desse fenômeno exige a atuação integrada e permanente das políticas públicas





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



municipais, articulando ações de proteção social, promoção da saúde, educação alimentar e nutricional, geração de oportunidades e garantia de direitos.

Nesse contexto, este eixo estratégico busca consolidar uma rede municipal de proteção social capaz de assegurar o acesso regular e permanente à alimentação adequada e saudável, reduzindo as desigualdades sociais e fortalecendo os mecanismos de inclusão, equidade e promoção da cidadania.

**Objetivo Geral**

Garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada por meio do fortalecimento das políticas de proteção social, da ampliação do acesso à alimentação adequada e saudável e da promoção da equidade para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional no município de Ilha das Flores.

**Objetivos Específicos**

I. Fortalecer a identificação e o acompanhamento das famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

II. Ampliar o acesso da população vulnerável aos programas, benefícios e serviços de proteção social.

III. Promover ações integradas de prevenção e enfrentamento da fome e da insegurança alimentar.

IV. Priorizar o atendimento de crianças, gestantes, nutrizes, idosos, pessoas com deficiência e demais grupos vulneráveis.

V. Fortalecer a articulação intersetorial entre Assistência Social, Saúde, Educação e demais políticas públicas.

VI. Reduzir as desigualdades sociais e territoriais relacionadas ao acesso à alimentação adequada.

VII. Aprimorar os mecanismos de monitoramento e vigilância das situações de insegurança alimentar e nutricional.

**Diretrizes do Eixo**

**Diretriz 1**





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

Fortalecer os mecanismos de proteção social destinados à prevenção e ao enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional das famílias em situação de vulnerabilidade social.

**Diretriz 2**

Ampliar a integração entre as políticas públicas de Assistência Social, Saúde, Educação e demais setores envolvidos na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

**Diretriz 3**

Garantir atendimento prioritário e diferenciado aos grupos populacionais mais vulneráveis, observando os princípios da equidade e da justiça social.

**Diretriz 4**

Fortalecer os processos de busca ativa, cadastramento, acompanhamento familiar e vigilância socioassistencial como instrumentos de identificação das situações de insegurança alimentar.

**Diretriz 5**

Promover a universalização do acesso à alimentação adequada e saudável, assegurando que nenhuma família em situação de vulnerabilidade seja excluída das políticas públicas de proteção social e alimentar.

**Diretriz 6**

Reduzir as desigualdades territoriais e sociais por meio da ampliação do acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

**Diretriz 7**

Fortalecer a produção de informações estratégicas, o monitoramento e a avaliação das condições de insegurança alimentar e nutricional para subsidiar a tomada de decisões e o aperfeiçoamento das políticas públicas.

**Eixo Estratégico II – Sistemas Alimentares Sustentáveis, Produção Local e Inclusão Produtiva**

Este eixo busca fortalecer a agricultura familiar, a pesca artesanal, os empreendimentos produtivos locais, os circuitos de abastecimento alimentar e as iniciativas de geração de trabalho e renda. Visa ampliar a autonomia





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



econômica das famílias, promover o desenvolvimento local sustentável e fortalecer a soberania alimentar do município.

**Justificativa**

A promoção da Segurança Alimentar e Nutricional depende não apenas do acesso aos alimentos, mas também da capacidade dos territórios de produzir, comercializar e disponibilizar alimentos de forma sustentável, garantindo geração de renda, fortalecimento da economia local e valorização dos sistemas produtivos tradicionais. Nesse contexto, a agricultura familiar, a pesca artesanal e os pequenos empreendimentos produtivos desempenham papel estratégico na garantia do abastecimento alimentar, na preservação das identidades culturais e no desenvolvimento socioeconômico do município de Ilha das Flores.

O diagnóstico municipal evidencia que parte significativa da população possui sua renda vinculada às atividades produtivas locais, especialmente à pesca artesanal, à agricultura familiar, ao trabalho informal e a outras formas de produção de pequena escala. Ao mesmo tempo, observa-se a necessidade de ampliar o acesso às políticas públicas de fomento produtivo, assistência técnica, qualificação profissional, comercialização e inclusão produtiva, de modo a fortalecer a autonomia econômica das famílias e reduzir sua dependência exclusiva dos programas de transferência de renda.

A construção de sistemas alimentares sustentáveis exige a integração entre produção, abastecimento, comercialização e consumo, fortalecendo os circuitos locais de produção e incentivando práticas produtivas socialmente justas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis. Além disso, torna-se fundamental ampliar as oportunidades de geração de trabalho e renda, especialmente para agricultores familiares, pescadores artesanais, mulheres, jovens, comunidades tradicionais e demais grupos em situação de vulnerabilidade social.

Dessa forma, este eixo estratégico busca fortalecer as cadeias produtivas locais, ampliar as oportunidades de inclusão produtiva e promover o desenvolvimento territorial sustentável, contribuindo para a soberania alimentar,





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

a redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população.

**Objetivo Geral**

Fortalecer os sistemas alimentares sustentáveis do município de Ilha das Flores por meio do incentivo à agricultura familiar, à pesca artesanal, à inclusão produtiva, à geração de trabalho e renda e ao desenvolvimento econômico sustentável, contribuindo para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e da soberania alimentar.

**Objetivos Específicos**

I. Fortalecer a agricultura familiar e a pesca artesanal como atividades estratégicas para a Segurança Alimentar e Nutricional.

II. Ampliar o acesso dos produtores locais às políticas públicas de apoio à produção, comercialização e abastecimento alimentar.

III. Incentivar a inclusão produtiva e a geração de trabalho e renda para famílias em situação de vulnerabilidade social.

IV. Promover a organização produtiva por meio de associações, cooperativas e empreendimento da economia solidária.

V. Estimular a qualificação profissional e o desenvolvimento de competências voltadas à produção e ao empreendedorismo.

VI. Fortalecer os circuitos curtos de comercialização e os mercados institucionais de alimentos.

VII. Incentivar práticas produtivas sustentáveis que contribuam para a preservação ambiental e o desenvolvimento local.

**Diretrizes do Eixo**

**Diretriz 1**

Fortalecer a agricultura familiar, a pesca artesanal e os demais sistemas produtivos locais como instrumentos de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e do desenvolvimento sustentável.

**Diretriz 2**

Ampliar o acesso dos produtores locais às políticas públicas de crédito, assistência técnica, capacitação, comercialização e apoio à produção.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

**Diretriz 3**

Promover a inclusão produtiva das famílias em situação de vulnerabilidade social, estimulando a geração de trabalho, renda e autonomia econômica.

**Diretriz 4**

Fortalecer os mecanismos de comercialização da produção local, incentivando a participação nos programas de compras institucionais e nos mercados locais.

**Diretriz 5**

Estimular a organização social e produtiva dos agricultores familiares, pescadores artesanais e empreendedores locais por meio do associativismo, cooperativismo e economia solidária.

**Diretriz 6**

Incentivar práticas produtivas sustentáveis, resilientes e adaptadas às características ambientais e territoriais do município.

**Diretriz 7**

Promover o desenvolvimento econômico local articulado à soberania alimentar, à valorização dos recursos naturais e à melhoria das condições de vida das famílias produtoras.

**Eixo Estratégico III – Alimentação Saudável, Vigilância Nutricional e Sustentabilidade Socioambiental**

Compreende as ações de Educação Alimentar e Nutricional, Vigilância Alimentar e Nutricional, promoção da saúde, segurança hídrica, sustentabilidade ambiental e prevenção das diferentes formas de má nutrição. Reconhece a relação entre alimentação, saúde, meio ambiente e qualidade de vida, buscando fortalecer práticas alimentares saudáveis e sustentáveis.

**Justificativa**

A Segurança Alimentar e Nutricional está diretamente relacionada às condições de saúde, nutrição, acesso à água de qualidade, saneamento básico e sustentabilidade ambiental. A garantia do Direito Humano à Alimentação





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

Adequada não se limita à disponibilidade de alimentos, mas envolve também a qualidade da alimentação consumida, os hábitos alimentares da população, o acompanhamento nutricional dos grupos prioritários e a preservação dos recursos naturais necessários à produção e ao consumo de alimentos.

O diagnóstico municipal evidencia a importância do fortalecimento das ações de Educação Alimentar e Nutricional, Vigilância Alimentar e Nutricional e promoção da saúde, especialmente diante dos desafios relacionados à coexistência de diferentes formas de má nutrição, incluindo déficits nutricionais, sobrepeso, obesidade e doenças crônicas associadas à alimentação inadequada. Além disso, a necessidade de ampliação do acompanhamento nutricional de crianças, gestantes, idosos e demais grupos prioritários reforça a importância da atuação integrada da rede municipal de saúde, educação e assistência social.

Outro aspecto fundamental refere-se à segurança hídrica e à sustentabilidade socioambiental. O acesso à água de qualidade constitui condição essencial para a saúde da população, para a produção de alimentos e para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Da mesma forma, a utilização sustentável dos recursos naturais e a adoção de práticas ambientalmente responsáveis são indispensáveis para garantir a disponibilidade de alimentos para as atuais e futuras gerações.

Nesse contexto, este eixo estratégico busca promover hábitos alimentares saudáveis, fortalecer a vigilância nutricional, ampliar as ações de educação alimentar e nutricional e incentivar práticas sustentáveis que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento sustentável do município.

**Objetivo Geral**

Promover a alimentação adequada e saudável, fortalecer a vigilância alimentar e nutricional, ampliar as ações de promoção da saúde e incentivar práticas sustentáveis relacionadas à segurança hídrica, à preservação ambiental e à qualidade de vida da população de Ilha das Flores.

**Objetivos Específicos**





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

I. Fortalecer as ações de Educação Alimentar e Nutricional junto às famílias, escolas e comunidades.

II. Ampliar o acompanhamento nutricional da população, especialmente dos grupos prioritários.

III. Promover hábitos alimentares saudáveis e prevenir as diferentes formas de má nutrição.

IV. Fortalecer a Vigilância Alimentar e Nutricional como instrumento de planejamento e gestão das políticas públicas.

V. Incentivar o consumo consciente, o aproveitamento integral dos alimentos e a redução do desperdício alimentar.

VI. Ampliar o acesso da população à água de qualidade para consumo humano e produção de alimentos.

VII. Promover práticas sustentáveis de utilização dos recursos naturais e preservação ambiental.

**Diretrizes do Eixo**

**Diretriz 1**

Fortalecer as ações de Educação Alimentar e Nutricional como instrumento de promoção da saúde, prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida da população.

**Diretriz 2**

Ampliar a cobertura e a qualidade das ações de Vigilância Alimentar e Nutricional, assegurando o monitoramento contínuo das condições nutricionais da população.

**Diretriz 3**

Promover a integração das políticas de saúde, educação, assistência social e meio ambiente para o desenvolvimento de ações intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Diretriz 4**

Garantir o acesso à água de qualidade e fortalecer as ações de segurança hídrica voltadas ao consumo humano e à produção sustentável de alimentos.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

**Diretriz 5**

Estimular hábitos alimentares saudáveis, valorizando alimentos in natura e minimamente processados, em consonância com o Guia Alimentar para a População Brasileira.

**Diretriz 6**

Incentivar práticas sustentáveis de produção, consumo e gestão dos recursos naturais, contribuindo para a preservação ambiental e a resiliência climática.

**Diretriz 7**

Fortalecer ações de prevenção e enfrentamento das diferentes formas de má nutrição, incluindo desnutrição, excesso de peso, obesidade e deficiências nutricionais.

**Diretriz 8**

Promover ações permanentes de sensibilização da população sobre alimentação saudável, sustentabilidade ambiental e combate ao desperdício de alimentos.

**Eixo Estratégico IV – Soberania Alimentar, Cultura Alimentar e Desenvolvimento Territorial**

Este eixo valoriza os sistemas alimentares locais, os saberes tradicionais, a cultura alimentar do município, as identidades territoriais e as práticas produtivas que fortalecem a soberania alimentar e a relação entre produção, abastecimento, consumo e desenvolvimento sustentável.

**Justificativa**

A Segurança Alimentar e Nutricional está profundamente relacionada à valorização dos territórios, das identidades culturais, dos modos de vida tradicionais e dos sistemas alimentares locais. Mais do que garantir o acesso aos alimentos, a promoção da soberania alimentar pressupõe o fortalecimento da capacidade das comunidades de produzir, comercializar, consumir e decidir sobre seus próprios sistemas alimentares, respeitando suas tradições, saberes, culturas e potencialidades locais.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

O município de Ilha das Flores possui importantes características territoriais, culturais e produtivas associadas à agricultura familiar, à pesca artesanal, às comunidades tradicionais e à forte relação histórica da população com os recursos naturais do Baixo São Francisco. Esses elementos constituem patrimônio social, econômico e cultural que contribui diretamente para a construção de sistemas alimentares mais resilientes, sustentáveis e alinhados às necessidades da população.

O diagnóstico municipal evidencia a importância de fortalecer os vínculos entre produção local, abastecimento, consumo e cultura alimentar, promovendo a valorização dos alimentos produzidos no território, dos conhecimentos tradicionais, das práticas produtivas sustentáveis e dos hábitos alimentares que integram a identidade cultural do município.

Além disso, a territorialização das ações de Segurança Alimentar e Nutricional torna-se fundamental para garantir que as políticas públicas considerem as especificidades das comunidades urbanas, rurais, ribeirinhas e demais grupos populacionais existentes no município, ampliando a efetividade das ações e fortalecendo o desenvolvimento territorial sustentável.

Nesse contexto, este eixo estratégico busca promover a soberania alimentar, fortalecer os sistemas alimentares locais, preservar a cultura alimentar e valorizar os conhecimentos tradicionais como instrumentos de desenvolvimento humano, inclusão social e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

**Objetivo Geral**

Fortalecer a soberania alimentar, valorizar a cultura alimentar local e promover o desenvolvimento territorial sustentável por meio do reconhecimento dos sistemas alimentares locais, dos saberes tradicionais, da produção de alimentos e das identidades culturais presentes no município de Ilha das Flores.

**Objetivos Específicos**

I. Valorizar os hábitos alimentares tradicionais e os conhecimentos populares relacionados à alimentação e à produção de alimentos.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

II. Fortalecer os sistemas alimentares locais e os circuitos territoriais de produção, abastecimento e consumo.

III. Incentivar o consumo de alimentos produzidos no município e na região.

IV. Promover a preservação das tradições culturais associadas à alimentação e à produção local.

V. Fortalecer a participação das comunidades tradicionais, agricultores familiares e pescadores artesanais nas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

VI. Incentivar ações de educação patrimonial e valorização da cultura alimentar local.

VII. Promover a territorialização das ações de Segurança Alimentar e Nutricional, considerando as especificidades dos diferentes territórios do município.

**Diretrizes do Eixo**

**Diretriz 1**

Fortalecer a soberania alimentar por meio da valorização da produção local, dos sistemas alimentares territoriais e da autonomia das comunidades na definição de seus padrões de produção e consumo alimentar.

**Diretriz 2**

Promover a valorização, preservação e difusão da cultura alimentar local, reconhecendo os saberes populares, as tradições culinárias e as práticas alimentares como patrimônio cultural do município.

**Diretriz 3**

Incentivar o consumo de alimentos produzidos localmente, fortalecendo os vínculos entre produção, abastecimento, comercialização e consumo sustentável.

**Diretriz 4**

Reconhecer e fortalecer o papel dos agricultores familiares, pescadores artesanais, comunidades tradicionais e demais atores locais na construção da Segurança Alimentar e Nutricional.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

**Diretriz 5**

Promover a territorialização das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, considerando as características sociais, culturais, econômicas e ambientais dos diferentes territórios do município.

**Diretriz 6**

Estimular ações de educação patrimonial, alimentar e cultural que contribuam para o fortalecimento da identidade territorial e alimentar de Ilha das Flores.

**Diretriz 7**

Fortalecer os sistemas alimentares locais como instrumentos de desenvolvimento territorial sustentável, inclusão social e geração de oportunidades para as comunidades.

**Diretriz 8**

Valorizar a diversidade cultural e alimentar como elemento estratégico para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e da qualidade de vida da população.

Este eixo é particularmente importante para Ilha das Flores porque dialoga diretamente com a identidade territorial do município, a pesca artesanal, a agricultura familiar, as comunidades ribeirinhas e a cultura alimentar do Baixo São Francisco, fortalecendo a relação entre soberania alimentar, desenvolvimento local e preservação cultural.

**Eixo Estratégico V – Governança, Participação Social, Monitoramento e Gestão do SISAN**

Este eixo fortalece a gestão intersetorial da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional por meio da atuação articulada da CAISAN, do COMSEA e dos demais órgãos envolvidos na implementação do Plano. Também contempla os mecanismos de participação social, controle social, monitoramento, avaliação e produção de informações estratégicas para subsidiar a tomada de decisões baseada em evidências.

**Justificativa**





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

A efetividade da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional depende da existência de mecanismos de governança capazes de promover a articulação intersetorial, a participação social, o monitoramento permanente das ações e a gestão baseada em evidências. A complexidade dos fatores que influenciam a Segurança Alimentar e Nutricional exige a atuação coordenada entre diferentes políticas públicas, instituições governamentais e organizações da sociedade civil, fortalecendo a capacidade do município de planejar, executar, acompanhar e avaliar suas ações de forma integrada.

Nesse contexto, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) estabelece como princípios fundamentais a intersetorialidade, a descentralização, a participação social e o controle social, reconhecendo que a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada requer processos permanentes de diálogo, cooperação institucional e corresponsabilidade entre governo e sociedade.

O município de Ilha das Flores possui importantes instâncias de participação e gestão social que contribuem para a construção das políticas públicas, destacando-se a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e os diversos órgãos e entidades que atuam na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Entretanto, os desafios identificados no diagnóstico municipal evidenciam a necessidade de fortalecer os mecanismos de coordenação, monitoramento, avaliação e produção de informações estratégicas que subsidiem a tomada de decisões e a melhoria contínua das ações desenvolvidas.

Além disso, a utilização de indicadores, sistemas de informação e instrumentos de monitoramento torna-se fundamental para acompanhar a evolução das condições de Segurança Alimentar e Nutricional, avaliar os resultados alcançados, identificar desafios emergentes e promover maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, este eixo estratégico busca fortalecer a governança da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, ampliar a participação





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

da sociedade civil, consolidar os mecanismos de monitoramento e avaliação e promover uma gestão pública baseada em evidências, transparência e controle social.

**Objetivo Geral**

Fortalecer a governança da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional por meio da gestão intersetorial, da participação social, do monitoramento permanente, da produção de informações estratégicas e da consolidação das instâncias que compõem o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Objetivos Específicos**

I. Fortalecer a atuação da CAISAN como instância de articulação, coordenação e integração das políticas públicas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional.

II. Consolidar o papel do COMSEA como espaço de participação social, controle social e assessoramento das políticas públicas de SAN.

III. Ampliar a participação da sociedade civil na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das ações previstas no PLAMSAN.

IV. Implantar mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação das metas, indicadores e resultados da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

V. Promover a integração dos sistemas de informação utilizados pelas políticas públicas relacionadas à SAN.

VI. Fortalecer a produção, análise e utilização de dados e evidências para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões.

VII. Promover a transparência, a eficiência e a melhoria contínua da gestão pública voltada à Segurança Alimentar e Nutricional.

**Diretrizes do Eixo**

**Diretriz 1**

Fortalecer a governança intersetorial da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional por meio da atuação articulada da CAISAN, do COMSEA e das demais instituições envolvidas na implementação do SISAN.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

**Diretriz 2**

Garantir a participação efetiva da sociedade civil nos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Diretriz 3**

Promover o fortalecimento dos mecanismos de controle social, assegurando transparência, acesso à informação e acompanhamento das ações previstas no PLAMSAN.

**Diretriz 4**

Implantar e aperfeiçoar sistemas de monitoramento, avaliação e acompanhamento dos indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional, assegurando a produção contínua de informações qualificadas.

**Diretriz 5**

Estimular a integração entre os sistemas de informação das áreas de Assistência Social, Saúde, Educação, Agricultura e demais setores envolvidos na promoção da SAN.

**Diretriz 6**

Promover a capacitação permanente de gestores, técnicos, conselheiros e representantes da sociedade civil para o fortalecimento da gestão do SISAN no município.

**Diretriz 7**

Utilizar evidências, indicadores e diagnósticos territoriais como instrumentos permanentes de planejamento, gestão e avaliação das ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Diretriz 8**

Fortalecer a transparência, a inovação, a cooperação institucional e a melhoria contínua dos processos de gestão, assegurando maior efetividade das políticas públicas de SAN.

A estruturação desses cinco eixos estratégicos representa o compromisso do Município de Ilha das Flores com a construção de uma política pública de Segurança Alimentar e Nutricional integrada, participativa e





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



sustentável, capaz de responder aos desafios atuais e futuros do território. Mais do que um conjunto de ações setoriais, este Plano constitui uma estratégia de desenvolvimento social voltada à promoção da dignidade humana, da justiça social e da garantia do direito de todos os cidadãos ao acesso regular e permanente à alimentação adequada e saudável.

Os eixos apresentados a seguir detalham os objetivos específicos, metas, ações prioritárias, responsabilidades institucionais, prazos de execução e mecanismos de monitoramento que orientarão a implementação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional durante o período de vigência deste Plano, constituindo o principal referencial para a atuação integrada do poder público e da sociedade civil na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em Ilha das Flores.

### 8. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O monitoramento, a avaliação e a revisão constituem componentes essenciais da gestão da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, representando instrumentos estratégicos para assegurar a efetividade das ações, a transparência na aplicação dos recursos públicos, o fortalecimento da participação social e a melhoria contínua das políticas públicas voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

No contexto do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), o monitoramento e a avaliação não devem ser compreendidos apenas como mecanismos de controle administrativo, mas como processos permanentes de produção de conhecimento, análise da realidade social, acompanhamento de resultados e qualificação da gestão pública. Por meio desses instrumentos, torna-se possível verificar o alcance das metas estabelecidas, identificar avanços e desafios, corrigir eventuais fragilidades e promover ajustes necessários para ampliar a efetividade das ações desenvolvidas.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

A complexidade da Segurança Alimentar e Nutricional exige um processo de monitoramento capaz de considerar suas múltiplas dimensões, incluindo aspectos relacionados à disponibilidade de alimentos, acesso econômico e físico à alimentação, condições de saúde e nutrição da população, produção e abastecimento alimentar, proteção social, sustentabilidade ambiental, participação social e fortalecimento institucional.

Nesse sentido, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ilha das Flores estabelece o monitoramento como um processo contínuo, sistemático e intersetorial, envolvendo a atuação articulada dos diversos órgãos governamentais e instâncias de participação social responsáveis pela implementação das ações previstas neste documento.

A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) será a principal instância responsável pela coordenação do processo de monitoramento e avaliação do Plano. Caberá à Câmara promover a integração das informações produzidas pelas diferentes secretarias municipais, consolidar indicadores, elaborar relatórios técnicos e subsidiar a tomada de decisões relacionadas ao aperfeiçoamento das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

A atuação da CAISAN deverá assegurar o acompanhamento permanente dos objetivos, diretrizes, metas e ações previstas no Plano, promovendo reuniões periódicas de avaliação, articulação intersetorial e análise dos resultados alcançados. Esse processo permitirá identificar o nível de execução das ações, o cumprimento das metas pactuadas e os impactos produzidos na realidade da população.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), por sua vez, exercerá papel fundamental no controle social e na avaliação participativa da implementação do Plano. Como instância representativa da sociedade civil e do poder público, o Conselho contribuirá para o acompanhamento das ações desenvolvidas, análise dos relatórios de monitoramento, formulação de recomendações e fortalecimento da transparência da gestão pública.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

A participação do COMSEA no processo de monitoramento e avaliação fortalece os princípios democráticos do SISAN e possibilita que a população acompanhe a execução das políticas públicas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional, contribuindo para o aprimoramento das ações e para a efetiva garantia dos direitos sociais.

O monitoramento do Plano será realizado a partir de um conjunto de indicadores capazes de mensurar os avanços obtidos em cada eixo estratégico. Esses indicadores deverão contemplar aspectos relacionados à redução da insegurança alimentar, ampliação do acesso à alimentação adequada, fortalecimento da agricultura familiar e da pesca artesanal, melhoria das condições nutricionais da população, ampliação da proteção social, fortalecimento da educação alimentar e nutricional, promoção da inclusão produtiva, sustentabilidade ambiental e fortalecimento da governança do SISAN.

Para subsidiar esse processo, serão utilizadas informações provenientes de diversas bases de dados e sistemas oficiais, dentre os quais destacam-se o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), o e-SUS Atenção Primária, o Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família, o Censo Escolar, os sistemas de informação da Assistência Social, os registros administrativos das Secretarias Municipais e demais instrumentos de gestão utilizados pelo município.

A utilização integrada dessas bases de dados permitirá uma análise mais abrangente da situação da Segurança Alimentar e Nutricional no município, possibilitando identificar tendências, territórios prioritários, públicos mais vulneráveis e impactos das políticas públicas implementadas.

A avaliação do Plano deverá ocorrer de forma periódica e participativa, considerando tanto os resultados quantitativos quanto os aspectos qualitativos relacionados à execução das ações. Além da verificação do cumprimento das metas, a avaliação deverá analisar a efetividade das estratégias adotadas, a





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



qualidade das ações executadas, o grau de articulação intersetorial alcançado e os impactos produzidos na melhoria das condições de vida da população.

O processo avaliativo deverá contemplar diferentes níveis de análise. A avaliação de processo permitirá verificar o nível de execução das ações previstas e a capacidade institucional dos órgãos responsáveis. A avaliação de resultados possibilitará mensurar as mudanças produzidas pelos programas e projetos desenvolvidos. Já a avaliação de impacto contribuirá para identificar os efeitos das ações sobre os indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional, pobreza, vulnerabilidade social, nutrição e qualidade de vida da população.

A produção periódica de relatórios técnicos de monitoramento e avaliação constituirá importante instrumento para a gestão do Plano. Esses documentos deverão apresentar informações sobre a execução das metas, os indicadores alcançados, as dificuldades encontradas, as estratégias adotadas para superação dos desafios e as recomendações para o aperfeiçoamento das ações. Além de subsidiar a tomada de decisões pelos gestores municipais, os relatórios contribuirão para o fortalecimento da transparência e do controle social.

Outro aspecto fundamental refere-se à institucionalização de uma cultura de gestão baseada em evidências. O fortalecimento da produção e análise de informações permitirá que as decisões relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional sejam fundamentadas em dados concretos, reduzindo a subjetividade dos processos decisórios e ampliando a eficiência das políticas públicas.

Nesse contexto, a utilização de indicadores sociais, econômicos, alimentares e nutricionais deverá orientar a definição de prioridades, a alocação de recursos, a revisão das estratégias de intervenção e a formulação de novas ações voltadas ao enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional.

Conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 103, de 23 de abril de 2025, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deverá ser submetido a processos periódicos de revisão, garantindo sua atualização





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



diante das transformações sociais, econômicas, ambientais e institucionais que ocorram durante sua vigência.

A revisão do Plano deverá considerar os resultados obtidos por meio do monitoramento e da avaliação, as recomendações apresentadas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, as deliberações das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, as orientações da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e as diretrizes estabelecidas pelas instâncias estadual e nacional do SISAN.

Esse processo de revisão possibilitará a atualização das metas, a redefinição de prioridades, a incorporação de novas demandas sociais e a adequação das estratégias de intervenção às necessidades da população, assegurando que o Plano permaneça como instrumento efetivo de planejamento e gestão da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Dessa forma, o monitoramento, a avaliação e a revisão permanente do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ilha das Flores constituem mecanismos indispensáveis para o fortalecimento da governança pública, para a qualificação da gestão intersetorial, para a ampliação da participação social e para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada. Mais do que instrumentos de acompanhamento administrativo, representam ferramentas estratégicas de transformação social, capazes de orientar o município na construção de políticas públicas mais eficientes, inclusivas, sustentáveis e comprometidas com a promoção da dignidade humana e da justiça social.

Sim, concordo com essa estrutura. Em um PLAMSAN alinhado à LOSAN, ao SISAN e ao Decreto Municipal nº 103/2025, o capítulo de financiamento é fundamental porque demonstra a viabilidade das ações propostas e define as bases para sua sustentabilidade ao longo da vigência do Plano.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

### 9. FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A efetivação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional depende da existência de mecanismos de financiamento capazes de assegurar a implementação das ações, programas, projetos e estratégias previstas neste Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. A garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada exige não apenas planejamento e articulação institucional, mas também a destinação contínua de recursos financeiros que permitam a execução das iniciativas voltadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no território municipal.

A Segurança Alimentar e Nutricional possui caráter transversal e intersetorial, abrangendo ações desenvolvidas pelas políticas públicas de Assistência Social, Saúde, Educação, Agricultura, Pesca, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e demais áreas relacionadas à promoção da qualidade de vida da população. Em razão dessa característica, seu financiamento ocorre por meio da integração de diferentes fontes de recursos e instrumentos orçamentários, distribuídos entre os diversos órgãos responsáveis pela execução das ações previstas neste Plano.

Nos termos do Decreto Municipal nº 103, de 23 de abril de 2025, a programação e a execução orçamentária e financeira dos programas e ações que integram a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional são de responsabilidade dos órgãos e entidades competentes, observadas suas respectivas atribuições legais e institucionais. Dessa forma, cada secretaria municipal deverá incorporar em seus instrumentos de planejamento e orçamento as ações relacionadas aos objetivos, metas e diretrizes estabelecidos neste Plano.

O financiamento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deverá estar articulado aos instrumentos de planejamento governamental, especialmente ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando a compatibilidade entre as ações previstas no PLAMSAN e as prioridades estabelecidas pela gestão municipal.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

Constituem fontes potenciais de financiamento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional:

- Recursos próprios do Tesouro Municipal;
- Recursos consignados no Plano Plurianual (PPA);
- Recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Transferências constitucionais e legais da União e do Estado;
- Recursos oriundos de programas federais e estaduais;
- Recursos vinculados às políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e programas correlatos;
- Recursos provenientes de convênios, contratos de repasse, termos de cooperação e parcerias institucionais;
- Emendas parlamentares;
- Recursos de fundos públicos municipais, estaduais e federais;
- Recursos oriundos de projetos de cooperação técnica e financeira.

A implementação das ações previstas neste Plano demandará a mobilização articulada dessas fontes de financiamento, considerando a natureza intersetorial da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e a necessidade de integração entre as diferentes áreas governamentais.

As ações relacionadas à proteção social e ao enfrentamento da insegurança alimentar deverão contar, prioritariamente, com recursos da Política de Assistência Social, especialmente aqueles destinados aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. As iniciativas voltadas à vigilância alimentar e nutricional, promoção da saúde, acompanhamento nutricional e prevenção de agravos deverão ser financiadas por meio dos recursos da Política Municipal de Saúde.

No âmbito educacional, as ações relacionadas à alimentação escolar, educação alimentar e nutricional e promoção de hábitos saudáveis deverão





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



utilizar os recursos específicos destinados à educação, com destaque para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Da mesma forma, as iniciativas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, da pesca artesanal, da produção local de alimentos e da inclusão produtiva poderão ser financiadas por programas e recursos vinculados às áreas de agricultura, desenvolvimento rural, desenvolvimento econômico e sustentabilidade.

A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) terá papel estratégico na articulação institucional necessária para identificação de oportunidades de financiamento, integração de recursos e acompanhamento da execução financeira das ações previstas neste Plano. Caberá à CAISAN promover o diálogo entre os diversos órgãos governamentais, contribuindo para a otimização dos recursos disponíveis e para o fortalecimento da gestão intersetorial da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), no exercício de suas atribuições de participação e controle social, acompanhará a implementação das ações previstas neste Plano e contribuirá para o monitoramento da aplicação dos recursos destinados à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, fortalecendo os princípios da transparência, da participação cidadã e da accountability pública.

Considerando os desafios identificados no diagnóstico municipal, especialmente aqueles relacionados à pobreza, vulnerabilidade social, insegurança alimentar, nutrição infantil, fortalecimento da agricultura familiar, valorização da pesca artesanal e ampliação da educação alimentar e nutricional, torna-se fundamental a busca contínua por novas fontes de financiamento e parcerias institucionais capazes de ampliar a capacidade de investimento do município.

O fortalecimento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional dependerá da capacidade de articulação entre planejamento, gestão, monitoramento e financiamento, assegurando que os recursos públicos sejam direcionados de forma estratégica para o enfrentamento das





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

**RESOLUÇÃO**



vulnerabilidades identificadas e para a promoção do desenvolvimento humano sustentável.

Dessa forma, o financiamento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deve ser compreendido como instrumento essencial para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada, garantindo as condições necessárias para a implementação das ações previstas neste Plano e para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com a dignidade humana e a segurança alimentar de toda a população de Ilha das Flores.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ilha das Flores representa um importante avanço institucional na consolidação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e no fortalecimento da adesão do município aos princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O presente documento foi construído a partir de um processo participativo e intersetorial, fundamentado na análise de indicadores sociais, econômicos, demográficos, alimentares e nutricionais, permitindo uma compreensão ampliada das múltiplas dimensões que influenciam a Segurança Alimentar e Nutricional da população.

O diagnóstico socioterritorial evidenciou que Ilha das Flores apresenta características que reforçam a necessidade de políticas públicas permanentes voltadas ao enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional. Os dados do Cadastro Único demonstram a existência de 3.147 famílias cadastradas, abrangendo 7.517 pessoas, das quais 2.049 famílias encontram-se em situação de pobreza. Somam-se a esse cenário 2.136 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, alcançando mais de 5.500 pessoas, o que evidencia a importância da proteção social e da transferência de renda como instrumentos essenciais para a garantia do acesso à alimentação adequada e para a redução das vulnerabilidades sociais presentes no município.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

A análise dos grupos populacionais identificados no território reforça a necessidade de estratégias específicas e territorializadas. O município possui expressiva presença de 1.330 famílias de pescadores artesanais, 233 famílias quilombolas, 103 famílias ribeirinhas e agricultores familiares que desempenham papel relevante na produção local de alimentos, na preservação dos saberes tradicionais e na dinamização da economia local. Esses grupos representam não apenas segmentos prioritários das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, mas também importantes agentes para o fortalecimento da soberania alimentar e dos sistemas alimentares locais.

Os indicadores relacionados à Primeira Infância revelam avanços importantes na cobertura das políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, assistência social e educação. Entretanto, os dados nutricionais apontam desafios significativos. A coexistência de déficits nutricionais, alterações no crescimento infantil, baixo peso em parte das crianças acompanhadas e crescimento dos índices de sobrepeso e obesidade evidencia a presença da dupla carga da má nutrição, fenômeno que se manifesta quando situações de carência alimentar coexistem com padrões alimentares inadequados associados ao excesso de peso.

Os dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) reforçam essa realidade. Entre as crianças acompanhadas, observa-se predominância de peso adequado para a idade, porém com percentual de crianças apresentando peso elevado superior ao grupo com baixo peso. Entre as gestantes acompanhadas, identificou-se elevada prevalência de sobrepeso e obesidade, situação que exige fortalecimento das ações de acompanhamento nutricional durante o pré-natal. Entre adultos quilombolas acompanhados, o excesso de peso também se apresenta como importante desafio de saúde pública. Esses resultados demonstram que os desafios da Segurança Alimentar e Nutricional em Ilha das Flores ultrapassam a questão do acesso aos alimentos, envolvendo igualmente a qualidade da alimentação consumida e os hábitos alimentares da população.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

Outro aspecto relevante identificado ao longo do diagnóstico refere-se à necessidade de fortalecimento da Vigilância Alimentar e Nutricional como instrumento estratégico para o planejamento e monitoramento das políticas públicas. A ampliação da cobertura do SISVAN, a integração dos sistemas de informação e o uso sistemático dos indicadores nutricionais constituem elementos fundamentais para qualificar a tomada de decisões e direcionar as ações governamentais aos grupos e territórios mais vulneráveis.

Os dados analisados também evidenciam importantes potencialidades para o fortalecimento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. A cobertura integral da Atenção Primária à Saúde, a ampla rede de proteção social, a oferta da alimentação escolar, a existência do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), a instituição da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) por meio do Decreto Municipal nº 103/2025 e a realização de processos participativos para construção deste Plano demonstram que o município possui condições institucionais favoráveis para consolidar uma política pública estruturada e sustentável.

A análise integrada dos indicadores permite concluir que os principais desafios para os próximos anos concentram-se na redução das vulnerabilidades sociais associadas à insegurança alimentar, no fortalecimento da produção local de alimentos, na ampliação das ações de Educação Alimentar e Nutricional, na prevenção das diferentes formas de má nutrição, no fortalecimento da agricultura familiar e da pesca artesanal, na ampliação das oportunidades de inclusão produtiva e no aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão, monitoramento e controle social.

Nesse contexto, os dez eixos estratégicos definidos neste Plano foram estruturados de forma a responder diretamente aos desafios identificados no diagnóstico municipal. As ações previstas articulam proteção social, produção de alimentos, saúde, educação, sustentabilidade ambiental, inclusão produtiva, governança e participação social, permitindo que a Segurança Alimentar e





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO



**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

Nutricional seja tratada de maneira integrada e transversal pelas diferentes políticas públicas municipais.

A efetividade deste Plano dependerá da capacidade de articulação entre as diversas secretarias municipais, do fortalecimento da atuação da CAISAN e do COMSEA, da incorporação das ações previstas nos instrumentos de planejamento e orçamento do município e da manutenção dos espaços de participação social. Da mesma forma, o monitoramento contínuo dos indicadores e a avaliação periódica dos resultados serão fundamentais para assegurar que as ações implementadas produzam impactos concretos na melhoria das condições de vida da população.

Diante dos dados analisados, conclui-se que Ilha das Flores reúne condições institucionais, sociais e territoriais para avançar na consolidação de uma política pública de Segurança Alimentar e Nutricional capaz de promover o desenvolvimento humano sustentável, fortalecer a proteção social, valorizar os sistemas alimentares locais e garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada para toda a população. O presente Plano constitui, portanto, um instrumento estratégico de gestão pública, orientado por evidências, construído de forma participativa e comprometido com a redução das desigualdades sociais e a promoção da dignidade humana no território municipal.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

# RESOLUÇÃO



## 11. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346/2006, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN e estabelece os parâmetros para elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

BRASIL. Lei nº 13.839, de 04 de junho de 2019. Dispõe sobre a inclusão da Segurança Alimentar e Nutricional entre os direitos sociais previstos na Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Relatórios de Estado Nutricional e Consumo Alimentar. Brasília: Ministério da Saúde, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. e-SUS Atenção Primária à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2025.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Relatórios de Informações Sociais. Brasília: MDS, 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN. Brasília: MDS, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília: FNDE, 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estimativas Populacionais dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

SERGIPE. Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe.

ILHA DAS FLORES. Decreto Municipal nº 103, de 23 de abril de 2025. Cria a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Ilha das Flores: Prefeitura Municipal, 2025.

ILHA DAS FLORES. Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA. Atas, resoluções e documentos institucionais. Ilha das Flores, 2025.

ILHA DAS FLORES. Secretaria Municipal de Assistência Social. Diagnóstico Socioterritorial Municipal. Ilha das Flores, 2025.

ILHA DAS FLORES. Secretaria Municipal de Saúde. Relatórios de Vigilância Alimentar e Nutricional. Ilha das Flores, 2025.

ILHA DAS FLORES. Secretaria Municipal de Educação. Informações da Rede Municipal de Ensino e Alimentação Escolar. Ilha das Flores, 2025.





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

ILHA DAS FLORES. Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN. Relatórios e documentos técnicos para elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Ilha das Flores, 2025.

ILHA DAS FLORES. Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA. Registros dos encontros temáticos e contribuições para elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Ilha das Flores, 2025.

# RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

## 12. METAS DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE ILHA DAS FLORES

**EIXO ESTRATÉGICO I**

**GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, PROTEÇÃO SOCIAL E EQUIDADE**

| Nº | Meta | Prazo | Responsáveis |
|---|---|---|---|
| 1 | Atualizar 100% das famílias do Cadastro Único e realizar busca ativa anual das famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional em todos os territórios do município. | 2026 2027 | Assistência Social, CRAS, Saúde, Educação |
| 2 | Implantar protocolo intersetorial para identificação, acompanhamento e encaminhamento das famílias em situação de fome, pobreza extrema e insegurança alimentar. | 2026 2027 | Assistência Social, Saúde, Educação, CAISAN |
| 3 | Garantir atendimento integral das famílias identificadas em situação de vulnerabilidade social por meio dos benefícios, programas e serviços socioassistenciais. | 2026 2027 | Assistência Social, Prefeitura, COMSEA |
| 4 | Assegurar atendimento prioritário às crianças, gestantes, nutrizes, idosos, pessoas com deficiência e demais grupos vulneráveis. | 2028 | Assistência Social, Saúde, Educação |
| 5 | Garantir cobertura integral da alimentação escolar e ampliar progressivamente a aquisição de alimentos da agricultura familiar. | 2028 | Educação, Agricultura, Saúde |
| 6 | Implantar e fortalecer equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo Banco de Alimentos e Cozinha Comunitária. | 2028 | Prefeitura, Assistência Social, Agricultura |
| 7 | Ampliar o monitoramento nutricional dos | 2028 | Saúde, Assistência |





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

| Nº | Meta | Prazo | Responsáveis |
|---|---|---|---|
| | públicos prioritários por meio do SISVAN e da rede municipal de saúde. | | Social |
| 8 | Reduzir em pelo menos 30% os indicadores de insegurança alimentar e vulnerabilidade social no município. | 2029<br>2030 | Gestão Intersetorial |
| 9 | Implantar sistema municipal de monitoramento da Segurança Alimentar e Nutricional com indicadores e relatórios periódicos. | 2029<br>2030 | CAISAN, Assistência Social, Saúde |
| 10 | Universalizar o acesso à alimentação adequada e saudável para as famílias em situação de vulnerabilidade social. | 2029<br>2030 | Prefeitura, CAISAN, COMSEA |

**EIXO ESTRATÉGICO II**

**SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS, PRODUÇÃO LOCAL E INCLUSÃO PRODUTIVA**

| Nº | Meta | Prazo | Responsáveis |
|---|---|---|---|
| 1 | Fortalecer a agricultura familiar, ampliando o acesso dos produtores às políticas públicas de apoio à produção e comercialização. | 2026<br>2027 | Agricultura, EMDAGRO, Associações Rurais |
| 2 | Ampliar a participação da agricultura familiar no fornecimento de alimentos para o PNAE e demais compras institucionais. | 2026<br>2027 | Educação, Agricultura, Cooperativas |
| 3 | Fortalecer a pesca artesanal como atividade estratégica para a segurança alimentar e geração de renda no município. | 2026<br>2028 | Agricultura, Pesca, Colônia de Pescadores |
| 4 | Incentivar a organização produtiva por meio de associações, cooperativas e empreendimento da economia solidária. | 2026<br>2028 | Assistência Social, Agricultura, SEBRAE |





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

# RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

| Nº | Meta | Prazo | Responsáveis |
|---|---|---|---|
| 5 | Promover capacitações técnicas voltadas à produção sustentável, beneficiamento e comercialização de alimentos. | 2026 2028 | Agricultura, SENAR, SEBRAE |
| 6 | Incentivar a implantação de hortas comunitárias, escolares e familiares para fortalecimento da produção local de alimentos. | 2027 2029 | Agricultura, Educação, Saúde |
| 7 | Ampliar as oportunidades de inclusão produtiva para famílias inscritas no Cadastro Único e demais grupos vulneráveis. | 2027 2029 | Assistência Social, Trabalho, Agricultura |
| 8 | Promover ações de qualificação profissional voltadas à geração de trabalho e renda no meio urbano e rural. | 2027 2029 | Assistência Social, Educação, Parceiros Institucionais |
| 9 | Fortalecer os circuitos curtos de comercialização e incentivar feiras da agricultura familiar e da economia local. | 2028 2030 | Agricultura, Desenvolvimento Econômico |
| 10 | Ampliar a autonomia econômica das famílias em situação de vulnerabilidade social por meio de iniciativas de inclusão produtiva sustentável. | 2028 2030 | Assistência Social, Agricultura, CAISAN |

**EIXO ESTRATÉGICO III**

**ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, VIGILÂNCIA NUTRICIONAL E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

| Nº | Meta | Prazo | Responsáveis |
|---|---|---|---|
| 1 | Fortalecer as ações de Educação Alimentar e Nutricional junto às famílias, escolas e comunidades do município. | 2026 2027 | Saúde, Educação, Assistência Social |
| 2 | Ampliar o acompanhamento nutricional de crianças, adolescentes, gestantes, idosos e | 2026 2027 | Saúde, Atenção Primária |





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

| Nº | Meta | Prazo | Responsáveis |
|---|---|---|---|
| | demais públicos prioritários por meio do SISVAN. | | |
| 3 | Desenvolver campanhas permanentes de incentivo à alimentação adequada, saudável e sustentável. | 2026 2028 | Saúde, Educação, COMSEA |
| 4 | Reduzir os índices de desnutrição, sobrepeso e obesidade identificados nos grupos acompanhados pela rede municipal. | 2026 2030 | Saúde, Assistência Social |
| 5 | Promover ações educativas sobre aproveitamento integral dos alimentos e combate ao desperdício alimentar. | 2027 2028 | Saúde, Educação, Agricultura |
| 6 | Fortalecer o acesso da população à água própria para consumo humano e produção de alimentos. | 2026 2030 | Prefeitura, Obras, Meio Ambiente |
| 7 | Incentivar práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais voltadas à produção e ao consumo de alimentos. | 2027 2030 | Agricultura, Meio Ambiente |
| 8 | Desenvolver ações de preservação ambiental relacionadas à segurança alimentar e nutricional. | 2027 2030 | Meio Ambiente, Agricultura |
| 9 | Promover a integração das políticas de saúde, educação, assistência social e meio ambiente nas ações de Segurança Alimentar e Nutricional. | 2026 2030 | CAISAN, Secretarias Municipais |
| 10 | Implantar sistema municipal de monitoramento dos indicadores nutricionais e socioambientais relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional. | 2028 2030 | Saúde, CAISAN, COMSEA |





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

**EIXO ESTRATÉGICO IV**

**SOBERANIA ALIMENTAR, CULTURA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

| Nº | Meta | Prazo | Responsáveis |
|---|---|---|---|
| 1 | Valorizar e promover os hábitos alimentares tradicionais e a cultura alimentar do município de Ilha das Flores. | 2026 2027 | Cultura, Educação, Saúde |
| 2 | Desenvolver ações de resgate, preservação e difusão dos saberes populares relacionados à alimentação e à produção de alimentos. | 2026 2028 | Cultura, Agricultura, COMSEA |
| 3 | Incentivar o consumo de alimentos produzidos localmente, fortalecendo a identidade alimentar e territorial do município. | 2026 2030 | Agricultura, Educação, Saúde |
| 4 | Fortalecer os sistemas alimentares locais por meio da integração entre produção, abastecimento, comercialização e consumo. | 2026 2030 | Agricultura, Assistência Social |
| 5 | Promover eventos, feiras e ações educativas voltadas à valorização dos produtos locais e da gastronomia regional. | 2027 2030 | Cultura, Agricultura, Turismo |
| 6 | Incentivar a participação das comunidades tradicionais, pescadores artesanais e agricultores familiares na construção das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. | 2026 2030 | COMSEA, CAISAN, Agricultura |
| 7 | Fortalecer a territorialização das ações de Segurança Alimentar e Nutricional, considerando as especificidades das comunidades urbanas e rurais. | 2026 2030 | CAISAN, Secretarias Municipais |



Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/ilhadasflores

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

| Nº | Meta | Prazo | Responsáveis |
|---|---|---|---|
| 8 | Promover ações de educação patrimonial e alimentar voltadas à preservação das tradições culturais relacionadas à alimentação. | 2027<br>2030 | Cultura, Educação |
| 9 | Incentivar a inserção dos alimentos regionais e tradicionais nas ações de alimentação escolar e demais programas públicos de alimentação. | 2026<br>2030 | Educação, Agricultura, CAE |
| 10 | Fortalecer a soberania alimentar do município por meio da valorização da produção local, dos conhecimentos tradicionais e da diversidade cultural alimentar. | 2026<br>2030 | Prefeitura, CAISAN, COMSEA |

**EIXO ESTRATÉGICO V**

**GOVERNANÇA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL, MONITORAMENTO E GESTÃO DO SISAN**

| Nº | Meta | Prazo | Responsáveis |
|---|---|---|---|
| 1 | Fortalecer o funcionamento da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) como instância de articulação e coordenação da Política Municipal de SAN. | 2026<br>2030 | CAISAN, Prefeitura Municipal |
| 2 | Fortalecer o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), assegurando condições adequadas para o exercício do controle social. | 2026<br>2030 | COMSEA, Prefeitura Municipal |
| 3 | Garantir a realização periódica de reuniões, conferências, audiências públicas e demais espaços de participação social relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional. | 2026<br>2030 | COMSEA, CAISAN |
| 4 | Ampliar a participação da sociedade civil, das comunidades tradicionais, dos pescadores | 2026 | COMSEA, CAISAN |





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## RESOLUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

| Nº | Meta | Prazo | Responsáveis |
|---|---|---|---|
| | artesanais, agricultores familiares e demais segmentos sociais na formulação e acompanhamento das políticas de SAN. | 2030 | |
| 5 | Implantar sistema municipal de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. | 2026<br>2027 | CAISAN, COMSEA, Secretarias Municipais |
| 6 | Elaborar e divulgar relatórios periódicos de acompanhamento das metas, ações e indicadores do PLAMSAN. | 2027<br>2030 | CAISAN, COMSEA |
| 7 | Estruturar banco de dados municipal com informações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional, integrando dados da Assistência Social, Saúde, Educação e Agricultura. | 2026–2028 | CAISAN, Secretarias Municipais |
| 8 | Promover capacitações permanentes para gestores, técnicos, conselheiros e representantes da sociedade civil envolvidos na implementação da Política Municipal de SAN. | 2026–2030 | CAISAN, COMSEA, Secretarias Municipais |
| 9 | Fortalecer a articulação entre as políticas públicas municipais para garantir a execução integrada das ações previstas neste Plano. | 2026<br>2030 | Prefeitura Municipal, CAISAN |
| 10 | Assegurar transparência, gestão baseada em evidências e avaliação contínua dos resultados da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. | 2026<br>2030 | CAISAN, COMSEA, Prefeitura Municipal |



Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/ilhadasflores

# ATA

COMSEA
CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

**CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE ILHA DAS FLORES – COMSEAN**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2026**

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às 9h55, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Ilha das Flores, situada à Rua Graccho Cardoso, nº 92, Centro, Ilha das Flores, Estado de Sergipe, realizou-se a reunião do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ilha das Flores – COMSEAN, com a presença dos seguintes conselheiros: Maria da Conceição Menezes Santos, Ailton Silva, Charlot Kerolainy Silva Souza, Yalle Menezes Santos, Randerson Batista Silva, Júlio Ferreira Santos, Laís da Silva Gomes, Vandete Ferreira Lúcio e Alcides dos Santos. A reunião foi aberta pela presidente do Conselho, senhora Maria da Conceição Menezes Santos, que deu as boas-vindas aos presentes e, após a constatação do quórum legal, justificou a ausência do secretário executivo, senhor Deivid Amabilio Bispo dos Santos, que, por motivos de saúde, não pôde comparecer. Informou, ainda, que a servidora Anilda Silva, da Casa dos Conselhos, ficaria responsável pelo apoio administrativo e pela lavratura da presente ata. Dando início aos trabalhos, a presidente apresentou a pauta da reunião, destacando que, conforme previamente agendado, o principal objetivo seria a apreciação e aprovação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Ilha das Flores. Inicialmente, realizou uma mística de acolhimento, acompanhada de uma dinâmica de integração entre os participantes. Em seguida, apresentou o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, ressaltando que o documento já havia sido objeto de encontros anteriores para análise e discussão, ocasiões em que foram identificadas e realizadas as alterações consideradas necessárias. Na sequência, foram lidos e discutidos os principais pontos do documento, oportunizando aos conselheiros presentes a apresentação de considerações, sugestões e eventuais ajustes. Após a apreciação do conteúdo e a realização dos ajustes pertinentes, a presidente submeteu o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional à votação. Não havendo objeções por parte dos conselheiros presentes, o plano foi **aprovado por unanimidade**, ficando registrada a deliberação favorável deste Conselho. Dando continuidade à reunião, a presidente abordou a realização da ação alusiva ao Dia Mundial da Alimentação, anteriormente prevista, e sugeriu, em razão de questões burocráticas e da necessidade de melhor organização, o adiamento da atividade para o dia 11 de novembro de 2026, às 15h30, na Praça Central da cidade. A proposta foi submetida à apreciação dos presentes e acatada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião às 11h45. Eu, Anilda Silva, responsável pelo apoio administrativo da Casa dos Conselhos, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pela presidente e pelos demais conselheiros presentes, para que produza os efeitos administrativos cabíveis.

Ilha das Flores – Sergipe, 07 de outubro de 2026.

Scanned with CamScanner



R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## ATA

**Anilda Silva** Anilda Silva
Apoio Administrativo da Casa dos Conselhos
Responsável pela lavratura da ata

**Assinaturas dos conselheiros presentes:**

1. Maria da Conceição Menezes Santos: Maria da Conceição Menezes Santos
2. Ailton Silva:
3. Charlot Kerolainy Silva Souza: Charlot Kerolainy Silva Souza
4. Yalle Menezes Santos: Yalle Menezes Andrade dos Santos
5. Randerson Batista Silva:
6. Júlio Ferreira Santos:
7. Laís da Silva Gomes:
8. Vandete Ferreira Lúcio:
9. Alcides dos Santos:

Scanned with CamScanner



R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

# TERMO

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01980/2026)

**DEVEDOR**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Ente Federativo/UF:** | Ilha das Flores/SE | **CNPJ:** | 13.111.224/0001-12 |
| **Endereço:** | Rua Graccho Cardoso, 92 | | |
| **Bairro:** | Centro | **CEP:** | 49990-000 |
| **Telefone:** | 0793377-1000 | **Fax:** | (079) 3377-1000 |
| **E-mail:** | martinsrobsonlima@hotmail.com | | |
| **Representante** | ROBSON MARTINS DE LIMA | | |
| **CPF:** | 027.445.574-98 | | |
| **Cargo:** | Prefeito | | |
| **E-mail:** | martinsrobsonlima@hotmail.com | **Complemento:** | |
| | | **Data início da** | 01/01/2021 |

**CREDOR**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Unidade Gestora:** | IPREV - ILHA DAS FLORES, INSTITUTO DE PREVIDENCIA | **CNPJ:** | 19.028.564/0001-60 |
| **Endereço:** | Praça Santo Antônio | | |
| **Bairro:** | Centro | **CEP:** | 49990-000 |
| **Telefone:** | 793377-1063 | **Fax:** | (079) 3377-1000 |
| **E-mail:** | atendimento@iprev.ilhadasflores.se.gov.br | | |
| **Representante** | LAINNE DOS SANTOS COSTA | | |
| **CPF:** | 060.691.405-67 | | |
| **Cargo:** | | | |
| **E-mail:** | costalainne8@gmail.com | **Complemento:** | |
| | | **Data início da** | 31/07/2026 |

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei n° Lei 165 de 19 de agosto de 2026 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IPREV - ILHA DAS FLORES, INSTITUTO DE PREVIDENCIA APOSENTADORIA E PENSOES DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE ILHA DAS FLORES - SE é CREDOR junto ao DEVEDOR Municipios de Ilha das Flores da quantia de R$ 7.915.177,90 (sete milhões e novecentos e quinze mil e cento e setenta e sete reais e noventa centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal - EC 136 (300 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 10/2013 a 08/2025, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municipios de Ilha das Flores confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R$ 7.915.177,90 (sete milhões e novecentos e quinze mil e cento e setenta e sete reais e noventa centavos), será pago em 300 (trezentos) parcelas mensais e sucessivas de R$ 26.383,93 (vinte e seis mil e trezentos e oitenta e três reais e noventa e três centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R$ 26.383,93 (vinte e seis mil e trezentos e oitenta e três reais e noventa e três centavos), vencerá em 10/10/2026 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social as informações referentes ao presente acordo de reparcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 1,00% (um por cento), conforme Lei n° Lei 165 de 19 de agosto de 2026.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o segundo mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela. Além disso, incidirão juros legais



Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/ilhadasflores

# TERMO

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01980/2026)

simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), calculados desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao vencimento da parcela.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento incidirá atualização monetária pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o segundo mês anterior à data de pagamento. Além disso, incidirão juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela, bem como multa de 1,00% (um por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM para pagamento dos valores das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento, atualizadas na forma da cláusula terceira e da legislação do Município. A vinculação será formalizada, por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM, da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista na Cláusula Quarta ou a ocorrência de alguma das demais hipóteses rescisórias estabelecidas na lei municipal que autorizou este acordo.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 389 e 395 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Ilha das Flores - SE / 27/08/2026





R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

# TERMO

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01980/2026)

| RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO | | | |
|---|---|---|---|
| CPF | NOME | RESPONSABILIDADE | ASSINATURA DIGITAL |
| 02744557498 | ROBSON MARTINS DE LIMA | Representante Legal do Ente | Assinado digitalmente em 28/09/2026 |
| 06069140567 | LAINNE DOS SANTOS COSTA | Representante da Unidade | Assinado digitalmente em 31/08/2026 |
| 02744557498 | ROBSON MARTINS DE LIMA | Ordenador de despesa – | Assinado digitalmente em 28/09/2026 |

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 28/09/2026 14:40:08.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br/ui/validacao-assinatura?verificador=2565238&crc=E3CD41BB, informando o código verificador: 2565238 e código CRC: E3CD41BB.

Página 3



R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## TERMO



R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

# TERMO

## AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

**Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Acordo CADPREV nº | 01930/2026 | Data | 27/08/2026 |
| Valor consolidado | 7.915.177,90 | Valor da prestação inicial | 26.383,93 |
| Número prestações | 300 | Vencimento 1ª prestação | 10/10/2026 |

**DEVEDOR**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Ente Federativo | Ilha das Flores/SE | CNPJ | 13.111.224/0001-12 |
| Representante Legal | ROBSON MARTINS DE LIMA | CPF | 027.445.574-98 |
| Conta do FPM para | Banco do Brasil / Agência nº 2337-0 | Conta nº | 42462-5 |

**CREDOR**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Unidade Gestora | IPREV - ILHA DAS FLORES, INSTITUTO DE PREVIDENCIA APOSENTADORIA E PENSOES DOS | CNPJ | 19.028.564/0001-60 |
| Representante Legal | LAINNE DOS SANTOS COSTA | CPF | 060.691.405-67 |
| Conta para crédito | Banco do Brasil / Agência nº 2337-0 | Conta nº | 19944-3 |

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como meio de pagamento das parcelas
2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores das parcelas relativas ao Termo de Acordo de Parcelamento supracitado, enquanto estiver vigente o referido termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
2.1 - A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev encaminhará ao Banco do Brasil, com a antecedência necessária, o demonstrativo atualizado do valor devido;
2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido da conta do FPM vinculada ao ente federativo, no dia 10 subsequente, devendo efetuar o respectivo crédito na conta bancária de titularidade do RPPS no prazo estabelecido na Portaria MTP nº 1.467/2022; em caso de insucesso na tentativa de débito no dia 10, novas tentativas de débito deverão ser feitas nos dias 20 e 30 subsequentes; e
2.3 – O valor devido, indicado para débito na conta do FPM ligado ao ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade do Ministério da Previdência Social e das partes do integrantes do acordo, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Ilha das Flores/SE - 27/08/2026

**ASSINATURAS**

**BANCO DO BRASIL (*)**

Robson Martins de Lima
Prefeito Municipal

Nelson Soares Andrade
Gerente Geral
Mat. 600.326-5

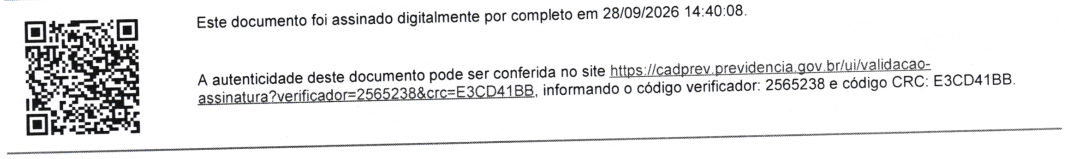
(*) Apenas para recebimento. Preencher nome, cargo e matrícula.

**RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO**

| CPF | NOME | RESPONSABILIDADE | ASSINATURA DIGITAL |
|---|---|---|---|
| 02744557498 | ROBSON MARTINS DE LIMA | Representante Legal do Ente | Assinado digitalmente em 28/09/2026 |
| 06069140567 | LAINNE DOS SANTOS COSTA | Representante da Unidade | Assinado digitalmente em 31/08/2026 |
| 02744557498 | ROBSON MARTINS DE LIMA | Ordenador de despesa – | Assinado digitalmente em 28/09/2026 |

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/ilhadasflores

## TERMO



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 28/09/2026 14:40:08.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br/ui/validacao-assinatura?verificador=2565238&crc=E3CD41BB, informando o código verificador: 2565238 e código CRC: E3CD41BB.



R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

# TERMO

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01989/2026)

**DEVEDOR**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Ente Federativo/UF:** | Ilha das Flores/SE | | |
| **Endereço:** | Rua Graccho Cardoso, 92 | **CNPJ:** | 13.111.224/0001-12 |
| **Bairro:** | Centro | | |
| **Telefone:** | 0793377-1000 | **CEP:** | 49990-000 |
| **E-mail:** | martinsrobsonlima@hotmail.com | **Fax:** | (079) 3377-1000 |
| **Representante** | ROBSON MARTINS DE LIMA | | |
| **CPF:** | 027.445.574-98 | | |
| **Cargo:** | Prefeito | | |
| **E-mail:** | martinsrobsonlima@hotmail.com | **Complemento:** | |
| | | **Data início da** | 01/01/2021 |

**CREDOR**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Unidade Gestora:** | IPREV - ILHA DAS FLORES, INSTITUTO DE PREVIDENCIA | | |
| **Endereço:** | Praça Santo Antônio | **CNPJ:** | 19.028.564/0001-60 |
| **Bairro:** | Centro | | |
| **Telefone:** | 793377-1063 | **CEP:** | 49990-000 |
| **E-mail:** | atendimento@iprev.ilhadasflores.se.gov.br | **Fax:** | (079) 3377-1000 |
| **Representante** | LAINNE DOS SANTOS COSTA | | |
| **CPF:** | 060.691.405-67 | | |
| **Cargo:** | | | |
| **E-mail:** | costalainne8@gmail.com | **Complemento:** | |
| | | **Data início da** | 31/07/2026 |

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei n° Lei 165 de 19 de agosto de 2026 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IPREV - ILHA DAS FLORES, INSTITUTO DE PREVIDENCIA APOSENTADORIA E PENSOES DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE ILHA DAS FLORES - SE é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Ilha das Flores da quantia de R$ 3.082.551,37 (três milhões e oitenta e dois mil e quinhentos e cinquenta e um reais e trinta e sete centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Segurados - EC 136 (300 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 12/2013 a 08/2025, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Ilha das Flores confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R$ 3.082.551,37 (três milhões e oitenta e dois mil e quinhentos e cinquenta e um reais e trinta e sete centavos), será pago em 300 (trezentos) parcelas mensais e sucessivas de R$ 10.275,17 (dez mil e duzentos e setenta e cinco reais e dezessete centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R$ 10.275,17 (dez mil e duzentos e setenta e cinco reais e dezessete centavos), vencerá em 10/10/2026 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social as informações referentes ao presente acordo de reparcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 1,00% (um por cento), conforme Lei n° Lei 165 de 19 de agosto de 2026.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o segundo mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela. Além disso, incidirão juros legais

# TERMO

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01989/2026)

simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), calculados desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao vencimento da parcela.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento incidirá atualização monetária pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o segundo mês anterior à data de pagamento. Além disso, incidirão juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela, bem como multa de 1,00% (um por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM para pagamento dos valores das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento, atualizadas na forma da cláusula terceira e da legislação do Município. A vinculação será formalizada, por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM, da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista na Cláusula Quarta ou a ocorrência de alguma das demais hipóteses rescisórias estabelecidas na lei municipal que autorizou este acordo.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 389 e 395 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Ilha das Flores - SE / 27/08/2026

Página 2



R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## TERMO

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01989/2026)

| RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO | | | |
|---|---|---|---|
| CPF | NOME | RESPONSABILIDADE | ASSINATURA DIGITAL |
| 02744557498 | ROBSON MARTINS DE LIMA | Representante Legal do Ente | Assinado digitalmente em 28/09/2026 |
| 06069140567 | LAINNE DOS SANTOS COSTA | Representante da Unidade | Assinado digitalmente em 31/08/2026 |
| 02744557498 | ROBSON MARTINS DE LIMA | Ordenador de despesa – | Assinado digitalmente em 28/09/2026 |

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 28/09/2026 14:40:08.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br/ui/validacao-assinatura?verificador=2565282&crc=47E56F45, informando o código verificador: 2565282 e código CRC: 47E56F45.

Página 3



R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

## TERMO



R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

# TERMO

## AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

**Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Acordo CADPREV nº | 01989/2026 | Data | 27/08/2026 |
| Valor consolidado | 3.082.551,37 | Valor da prestação inicial | 10.275,17 |
| Número prestações | 300 | Vencimento 1ª prestação | 10/10/2026 |

**DEVEDOR**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Ente Federativo | Ilha das Flores/SE | CNPJ | 13.111.224/0001-12 |
| Representante Legal | ROBSON MARTINS DE LIMA | CPF | 027.445.574-98 |
| Conta do FPM para | Banco do Brasil / Agência nº 2337-0 | Conta nº | 42462-5 |

**CREDOR**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Unidade Gestora | IPREV - ILHA DAS FLORES, INSTITUTO DE PREVIDENCIA APOSENTADORIA E PENSOES DOS | CNPJ | 19.028.564/0001-60 |
| Representante Legal | LAINNE DOS SANTOS COSTA | CPF | 060.691.405-67 |
| Conta para crédito | Banco do Brasil / Agência nº 2337-0 | Conta nº | 19944-3 |

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como meio de pagamento das parcelas
2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores das parcelas relativas ao Termo de Acordo de Parcelamento supracitado, enquanto estiver vigente o referido termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
2.1 - A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev encaminhará ao Banco do Brasil, com a antecedência necessária, o demonstrativo atualizado do valor devido;
2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido da conta do FPM vinculada ao ente federativo, no dia 10 subsequente, devendo efetuar o respectivo crédito na conta bancária de titularidade do RPPS no prazo estabelecido na Portaria MTP nº 1.467/2022; em caso de insucesso na tentativa de débito no dia 10, novas tentativas de débito deverão ser feitas nos dias 20 e 30 subsequentes; e
2.3 – O valor devido, indicado para débito na conta do FPM ligado ao ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade do Ministério da Previdência Social e das partes do integrantes do acordo, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Ilha das Flores/SE - 27/08/2026

**ASSINATURAS**

| | |
|---|---|
| **BANCO DO BRASIL (*)** | Robson Martins de Lima<br>Prefeito Municipal |

(*) Apenas para recebimento. Preencher nome, cargo e matrícula.

Hadson Soares Anchieta
Gerente Geral I
Mat. 6003848-6

| RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO | | | |
|---|---|---|---|
| **CPF** | **NOME** | **RESPONSABILIDADE** | **ASSINATURA DIGITAL** |
| 02744557498 | ROBSON MARTINS DE LIMA | Representante Legal do Ente | Assinado digitalmente em 28/09/2026 |
| 06069140567 | LAINNE DOS SANTOS COSTA | Representante da Unidade | Assinado digitalmente em 31/08/2026 |
| 02744557498 | ROBSON MARTINS DE LIMA | Ordenador de despesa – | Assinado digitalmente em 28/09/2026 |

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/ilhadasflores

## TERMO



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 28/09/2026 14:40:08.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br/ui/validacao-assinatura?verificador=2565282&crc=47E56F45, informando o código verificador: 2565282 e código CRC: 47E56F45.



R. Gracho Cardoso CEP: 49.990-000
TELEFONE: (79)33771-000
EMAIL: pmf.gabinete@gmail.com.br

# EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES/SE
Rua Graccho Cardoso, 92 , Casa, Centro – Ilha das Flores – Sergipe
(79) 3377-1187 CNPJ 13.111.224/0001-12

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 71-A/2026. **CONTRATANTE:** Município de Ilha das Flores/SE, por intermédio da Prefeitura Municipal de Ilha das Flores, CNPJ nº 13.111.224/0001-12. **CONTRATADA:** ÁGIL Construções e Instalações Ltda., CNPJ nº 21.161.319/0001-79. **OBJETO:** Acréscimo quantitativo de 20,00 m (vinte metros) no item 1.2.1 – Sondagem a percussão, integrante da planilha orçamentária do Contrato Administrativo nº 58/2026, cujo objeto é a elaboração de projetos técnicos de engenharia. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 124, inciso I, alínea "b", c/c o art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021. **VALOR DO ACRÉSCIMO:** R$ 2.656,00 (dois mil, seiscentos e cinquenta e seis reais). **VALOR GLOBAL ATUALIZADO:** R$ 42.659,96 (quarenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos), correspondente a 6,64% (seis vírgula sessenta e quatro por cento) de acréscimo sobre o valor inicial atualizado do Contrato. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Gestão/Unidade 02006 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação; Fonte de Recursos 15000000; Ação 2004; Elemento de Despesa 33903900, Subelemento 33903905. **DATA DE ASSINATURA:** 15 de outubro de 2026. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A íntegra do termo está disponível na sede da Prefeitura Municipal de Ilha das Flores/SE.

Ilha das Flores/SE, 15 de outubro de 2026.
MARIA GESSICA TELES DE OLIVEIRA
GESTORA DE CONTRATOS